

ABRIR 'O PAÇO' À CIDADE

Maria Manuel Oliveira
Centro de Estudos
Escola de Arquitetura
Universidade do Minho

ABRIR

‘O

PAÇO’

À

CIDADE

Projeto de Requalificação da sede
da Universidade do Minho – antigo
Paço Arquiepiscopal de Braga
Programa Base

Maria Manuel Oliveira
Centro de Estudos
Escola de Arquitetura
Universidade do Minho

Em frente, lá dentro, nos antigos paços dos arcebispos, as obras andam e andam bem. Eu, com o fácil atrevimento de quem se fia na benevolência que sempre se dispensa em casos destes, apesar da tabuleta dizer “é proibido a entrada”, tenho entrado várias vezes, circunspecto, sem distrair os pedreiros nem com eles falar, só para ver curiosamente o que se faz. Com este fim tenho acompanhado pari passu o desmoronar, delinear e desenvolver das obras neste conjunto enigmático de edificação, e digo enigmático, não porque as obras de restauração apresentem agora uma feição difícil de entender, mas sim, em referência à dificuldade que eu teria de fazer a história da evolução sucessiva destas edificações, através dos séculos, tantas elas têm sido e tão mal e confusamente se encontrarem referidas em variadas notas que tenho lido.

E, para ver que isto é assim, basta a gente meter-se num buraco aí aberto na parede onde vêm bater as duas outras paredes góticas paralelas, que avançaram para cá, sobre o lugar onde estava a antiga capela que então cortou, e sobre as antigas substrucções (sic) delas bem denunciadas nos alicerces que se encontram, buraco onde se vêm entaipadas umas antiquíssimas paredes de construção com repisa, de silharia quase toda siglada, e considerar que bastantes obras aqui fez D. Diogo e creio que nenhuma existe.

1. Teto da *Galeria do Paço*
(D. Rodrigo de Moura Teles, c.1720)





Sumário

10	Prefácio Rui Vieira de Castro
15	<u>I. Da circunstância atual do edifício e da justificação do projeto</u>
18	Programas a manter e programas a integrar
25	<u>II. Da pré-existência</u>
28	Entre a interioridade defensiva e a afirmação urbana
34	[<i>Interpretar</i> a capela palatina: os vestígios e as interrogações]
42	O Paço Arquiepiscopal sob o domínio público
44	[<i>Restaurar</i> a memória da nação: as intervenções DEN-N/DGEMN]
64	Sede da Universidade do Minho

67	<u>III. Da proposta</u>
76	Biblioteca <i>o Palácio D. José de Bragança</i>
84	Núcleo Expositivo <i>conhecer o edifício, compreender a sua história</i>
88	Reitoria <i>a antiga Casa do Provisor</i>
92	Cafetaria e loja <i>as casas cidadinas</i>
94	Espaços exteriores <i>os claustros do Paço</i>
99	<u>IV. Para a execução do projeto geral</u>
100	Estudos necessários e constituição da equipa de projeto Faseamento para execução de obras e ocupação do edifício
104	Bibliografia
106	Posfácio António M. Cunha

Reinventar o Paço, abrindo-o à Cidade

Rui Vieira de Castro

Reitor da Universidade do Minho

A referência aos lugares é um elemento comum de (auto)definição das instituições universitárias, que a ela recorrem para vincar a sua identidade através da explicitação da pertença, da inscrição espacial.

Num grande número de universidades, esse espaço é a cidade; em outros casos, menos frequentes, a inserção geográfica é expressa de forma mais ampla. Assim acontece no caso da Universidade do Minho, definida através da menção a toda uma região, uma opção que alargando o espaço físico aludido favorece a associação a um universo simbólico próprio, num exercício que a natureza da atividade da Instituição potencia.

Quando pensamos, hoje, no âmbito da ação da Universidade do Minho, a referência espacial não pode ser entendida senão como sinédoque, como expressão do todo pela parte. Na verdade, as instituições universitárias atuam, em permanência, no quadro de uma tensão e de uma articulação, que tem de ser produtiva, entre o global e o local, atendendo em simultâneo à necessidade da vinculação territorial, mas também à projeção internacional da sua atividade.

Nesta medida, a Universidade quer ser uma instituição que se inscreve na Cidade, entendida, como o título desta publicação sugere, ao explorar a polissemia da palavra, como o lugar dos cidadãos. A opção pela referência ao território não implica, pois, qualquer redução da esfera de ação da Universidade, qualquer restrição da sua vocação universal.

Esta visão da Universidade, tal como tem sido projetada a partir da Universidade do Minho, requer e, em simultâneo, promove um programa específico para a Instituição, assumido desde o início da sua atividade e em contínuo reafirmado e reconstruído, que se orienta para a intervenção múltipla e complexa em processos de desenvolvimento social, económico e cultural. Tais processos são estruturados em torno do conhecimento sobre as pessoas e sobre as suas circunstâncias físicas e sociais, para cuja construção a Universidade deu e dá um contributo especializado.

A abertura da Universidade ao seu exterior, a interação com a sociedade — na expressão feliz que na Universidade do Minho se utiliza — é uma marca seminal da Instituição. A criação da Universidade, em 1973, e os primeiros anos do seu funcionamento, balizados pelo início de funções da Comissão Instaladora no dia 17 de fevereiro de 1974, ocorreram num tempo e num ambiente intelectual afetado por fortíssimas tensões e contradições. Em tais circunstâncias, apesar dos ventos muitas vezes contrários e das marés frequentemente desfavoráveis, foi fazendo caminho a ideia da importância de

universidades novas, e de gente nova, capazes de promover um novo diálogo com as necessidades e aspirações de uma sociedade em mudança acelerada.

A Universidade do Minho foi concretizando esta opção, de forma sistemática e inovadora, em todas as dimensões da vida da Instituição: numa oferta educativa graduada e pós-graduada sensível às transformações e aos desafios sociais, bem como aos novos requisitos que deles emergem; em práticas de investigação que, não deixando de valorizar o conhecimento fundamental, perspetivam regularmente a recontextualização do conhecimento produzido; na multiplicidade de parceiros e na promoção de inúmeras iniciativas, no quadro de uma intervenção direta nas esferas da cultura, da sociedade e da economia.

A abertura à sociedade, a vontade que a Universidade manifesta de, em permanência, se voltar para o exterior, nele intervindo e dele aproveitando contributos para se repensar, tem expressão também no modo como a Universidade equaciona e concretiza a utilização dos seus espaços físicos, seja nos *campi* seja nos seus outros polos.

O edifício-sede da Universidade do Minho, o Antigo Paço Arqueiepiscopal ou, na formulação comum mais sintética, ‘o Paço’, espelha bem esta orientação nos eventos que foi recebendo ao longo dos 45 anos de vida da Instituição. Desde a fundação da Universidade, o edifício conheceu momentos marcantes da sua história como a tomada de posse da Comissão Instaladora; foi o lugar onde sucessivamente os seus reitores foram empossados; serviu como espaço de celebração, ao longo dos anos, do Dia da Universidade; acolheu e continua a acolher reuniões dos órgãos de governo da Universidade; possibilitou a realização de importantes atos académicos e de eventos científicos relevantes. Lugar simbólico do poder dentro da Universidade, o ‘Paço’ tem a sua história indelevelmente ligada à da Instituição cuja sede hoje acolhe.

Sendo tudo isto, o ‘Paço’ sempre foi mais do que isto, acolhendo unidades e eventos que o projetam como plataforma de interação da Universidade com a sociedade. A Biblioteca Pública de Braga (BPB), fundada em 1841, encontra-se de há muito localizada no edifício, tendo sido integrada na Universidade do Minho aquando da sua criação, servindo hoje sobretudo como biblioteca de investigação, depois de ao longo de décadas se ter afirmado também como biblioteca de leitura pública. O Arquivo Distrital de Braga (ADB), que recentemente mudou de instalações, esteve alojado no edifício entre 1934 e 2017, cumprindo funções de recolha, conservação e

tratamento de documentação, e provendo serviços de promoção dos seus fundos e de fornecimento de serviços aos seus utilizadores. Unidades culturais da Universidade, a BPB e o ADB vêm historicamente promovendo iniciativas de natureza cultural no âmbito das suas respetivas áreas de atuação. Também a Universidade e as suas unidades realizam regularmente atividades em diferentes lugares do ‘Paço’, numa atenção continuada às problemáticas contemporâneas. A abertura recente da nova Galeria do Paço é mais uma etapa no caminho da concretização plena de um desígnio de transformação do edifício num espaço de acrescida vitalidade cultural.

O ‘Paço’ encontra-se hoje no dealbar do que se deseja venha a ser uma nova etapa da sua história centenária. A mudança do ADB para novas instalações, a saída recente das unidades de serviços da Universidade, que o edifício ainda acolhia, a reorganização dos espaços da BPB geram a oportunidade de uma revisitação das suas funcionalidades e de um repensar dos usos.

Um projeto com estas características deve, necessariamente, atender à história e ao valor simbólico do edifício, assegurando elementos de continuidade com as suas funções de sempre, envolvendo relações expressivas com as pessoas e com as instituições, amplamente estruturadas pela cultura escrita.

Um projeto daquela natureza deve reconhecer o património do ‘Paço’, valorizando as suas “pedras” e o seu potencial de testemunho do transcurso da história, que nele foi sedimentando múltiplos registos.

Um tal projeto deverá, por fim, corporizar o objetivo da própria Universidade de se abrir à Cidade, participando ativamente no desenvolvimento cultural e social das pessoas, dos territórios e do país, e na construção ativa de uma cidadania informada, deste modo contribuindo para uma sociedade que se quer cada vez mais justa.

A ideia essencial da abertura do ‘Paço’ à Cidade, a sua constituição como plataforma de articulação entre a Universidade e a sociedade, a adequação do espaço à visita e à transmissão de ciência e cultura, em articulação com o projeto de requalificação do edifício, encontra na obra que agora se publica, e que inaugura a atividade da UMinho Editora, um relevantíssimo contributo. Com *Abrir ‘o Paço’ à Cidade*, da responsabilidade de uma equipa coordenada pela arquiteta Maria Manuel Oliveira, passamos a dispor de um estudo e de um programa capazes de conferir novos e decisivos sentidos ao projeto de devolução do “Paço” às cidadãs e aos cidadãos.

Um desígnio que está nas nossas mãos concretizar.

I. Da circunstância **atual do edifício e da** **justificação do projeto**

2. Vista aérea do centro
da cidade de Braga, com
indicação do Paço Arquiepiscopal



Da circunstância atual do edifício e da justificação do projecto

O edifício do antigo Paço Arquiepiscopal — ‘o Paço’ — alberga atualmente as instalações da Reitoria da Universidade do Minho, vários dos seus órgãos de governo e serviços administrativos e, também, a Biblioteca Pública de Braga, uma das suas unidades culturais.

Para além da sua inegável relevância patrimonial — foi centro do poder da Arquidiocese desde o século XIV ao século XIX e importante polo cultural até à atualidade —, o Paço é um dos mais simbólicos marcos arquitetónicos na história da cidade de Braga. E se esta é uma qualidade inerente a reconhecer e amplificar, ela assume-se, simultaneamente, como sendo a matriz de qualquer intervenção a levar a efeito no edifício, nomeadamente a sua requalificação.

Na origem deste processo encontra-se a saída do Arquivo Distrital de Braga (ADB) e dos Serviços para novas instalações, libertando uma área muito significativa que a Reitoria entende de todo o interesse requalificar programática e fisicamente com o objetivo primeiro de abrir o edifício à comunidade.

O Projeto de Requalificação do conjunto arquitetónico — do qual faz parte o programa base que aqui se apresenta — tem como principal objetivo a reorganização do seu espaço interno, considerando a reabilitação do edifício e das suas redes infraestruturais, a reestruturação espacial e ambiental da Biblioteca Pública de Braga (BPB), a adaptação do núcleo reitoral às exigências funcionais atuais, a futura abertura à visita pública do edifício e a instalação de um núcleo expositivo, baseado sobretudo no acervo tutelado pela Universidade do Minho.

Aceite, e até alimentada, pelas diversas instituições que o Paço tem acolhido ao longo dos últimos dois séculos, essa vocação de abertura à cidade passará a incorporar de forma perene a sua condição histórica.

3. Vista aérea com destaque
do Paço Arquiepiscopal, Sé de Braga
e Paços do Concelho
4. Ortofotografias das fachadas do Paço



Programas a manter e programas a integrar

A deslocação do Arquivo Distrital, instalado em 2017 num edifício da rua Abade da Loureira, traduz-se, do ponto de vista espacial, na desafetação de uma área útil de cerca de 1400m², distribuída de uma forma descontínua pelo edifício e intercalada com a da Biblioteca Pública, testemunhando uma situação que se sedimentou ao longo do tempo em resposta casuística às exigências funcionais decorrentes do desenvolvimento de ambas as entidades.

Esta circunstância — associada ainda à saída das unidades de serviços da Universidade — induziu uma reflexão profunda sobre a reorganização sistematizada de todo o conjunto, tendo em vista a instalação de um núcleo expositivo estruturado em torno de um conceito museológico contemporâneo. A nova funcionalidade contará não só com o enorme valor arquitetónico intrínseco ao próprio edifício, revelando a sua trajetória na *longue durée*, mas também com o precioso espólio pertencente à Biblioteca Pública e ao Arquivo Distrital.

Implicadas nesta requalificação estão a Biblioteca, que desta forma encontra pretexto para se repensar espacialmente, e a Reitoria, que aqui manterá as funções relacionadas com a sua representação institucional mais protocolar.

5. Fachadas poente e sul do corpo moderno (a partir do Largo do Paço)
 6. Fachadas nascente e sul do corpo moderno (a partir do Largo do Paço)
 7. Varanda da *Galeria* do Paço (a partir da rua do Souto)

8. Fachada poente do corpo moderno (a partir da rua do Souto)
 9. Fachada norte do corpo moderno (a partir do pátio nascente)
 10. Fachada nascente do corpo medieval (a partir do pátio nascente)



5 6
 7 8
 9 10

11. Fachada norte do corpo medieval
(a partir da rua Eça de Queiroz)
12. Fachadas norte dos corpos
medieval e barroco (a partir da rua
Eça de Queiroz)
13. Cobertura do corpo medieval
14. Fachada norte do corpo barroco
(a partir do pátio poente)

15. Fachadas do corpo medieval e da
Galaria do Paço (a partir do pátio sul)
16. Fachadas poente e norte da
Galaria e das casas de D. José
(a partir do pátio sul)
17-18. Fachada norte do corpo barroco
(a partir da Praça do Município)



11 12 13
14 15
16 17 18

19. Portaria (corpo moderno)

20. Escada Nobre (corpo moderno)

21. Salão Nobre (corpo moderno)
22. Gabinete do Reitor (corpo moderno)

23. Sala dos Recursos Humanos (corpo moderno)

24. Sala Manuel Monteiro (corpo medieval)



19
20

21
22

23
24

25. Sala do arquivo notarial
(corpo medieval)
26. Salão Medieval
27. Galeria do Paço ou Galeria Moura
Teles (corpo moderno)
28. Acesso ao primeiro andar
da Biblioteca (corpo barroco)

29. Sala de Leitura (corpo barroco)
30. Sala do arquivo paroquial
(corpo barroco)
31. Sala do Arcaz (corpo barroco)



25 26
27 28 29
30 31

II. Da pré-existência

Da pré-existência

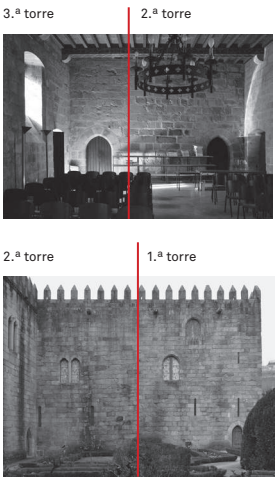
O estudo da evolução arquitetónica do antigo Paço Arcebis-pal recorreu a trabalhos de várias áreas científicas (de que se destaca, em particular, a História) e desenvolveu-se, numa metodologia própria à disciplina da Arquitetura, intersetando as fontes textuais, fotográficas e iconográficas através de sínteses produzidas pelo desenho. Ao manipular informação que apresentava lacunas substanciais, esse trabalho, do qual aqui se sintetiza uma parte, foi desenvolvido no permanente confronto entre aquele conhecimento, a observação *in loco* e a análise de levantamentos de arquitetura — os realizados pelo Centro de Estudos da Escola de Arquitetura da Universidade do Minho (CE.EAUM) e aqueles, poucos, que foram encontrados no arquivo do Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA).

Simultaneamente, o programa foi sendo discutido com os principais intervenientes e utilizadores e a sua espacialização apresentada e analisada em fóruns de natureza diversa. As contribuições que resultaram destas consultas foram sendo progressivamente avaliadas e incorporadas na solução que agora se (d)escreve.

33. Localização da *Domus Fortis* e da Sé no tempo de D. Gonçalo Pereira (com indicação da cidade romana e da cerca medieval sobre planta atual da cidade)



34. Cicatrizes existentes nas torres no corpo medieval



Entre a interioridade defensiva e a afirmação urbana

Edifício compósito e complexo, fruto de ocupação continuada ao longo de sete séculos, hoje o Paço é genericamente divulgado como sendo composto por três “alas”, a medieval, a moderna e a barroca (fig. 93, p. 64). De facto, se esta é uma classificação simplista (atendendo a que o crescimento do conjunto — tanto funcional como físico — ocorreu por acréscimos, revisões, sobreposições e partes *ex novo*, que se impuseram à preexistência de forma frequentemente invasiva), tem a virtude de referenciar, com pragmatismo, os sectores principais do edifício. Por esse motivo será também adotada neste documento.

Procurar-se-á de seguida, num brevíssimo resumo, condensar a história e a evolução arquitetónica do conjunto. A sua exposição detalhada pode ser encontrada na monografia ‘O Paço Arquiepiscopal de Braga’ (2013), realizada sob encomenda da Reitoria a Eduardo Pires de Oliveira, um estudo muito completo que contou, ainda, com a contribuição de Paula Bessa, ‘Os Paços Arcebispos de Braga desde o período tardo-medieval e até finais do século XVI’, e de Jorge Pamplona, ‘As pedras aplicadas na construção e restauro do edifício do Antigo Paço Arquiepiscopal de Braga’. Esta investigação foi suporte central à fundamentação do presente Programa Base.

É de relevar o contributo da publicação ‘Conjunto Arquitectónico do Largo do Paço — obras de adaptação, 1974-1975’ (1980) de Henrique Barreto Nunes e Manuel Mendes Atanázio, bem como das ‘Sondagens arqueológicas no Largo do Paço’ (1988), efetuadas pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, sob responsabilidade de Francisco Sande Lemos, Manuela Delgado e Manuela Martins. Várias outras obras foram indispensáveis à realização deste trabalho, delas se dando notícia na bibliografia final.

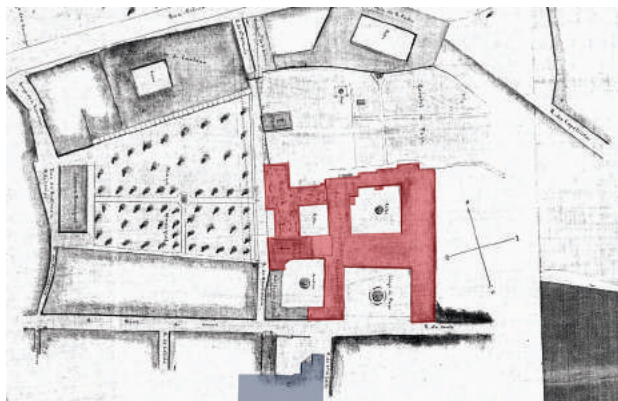
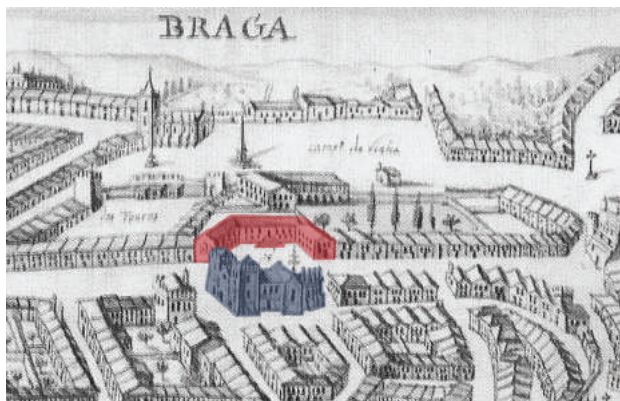
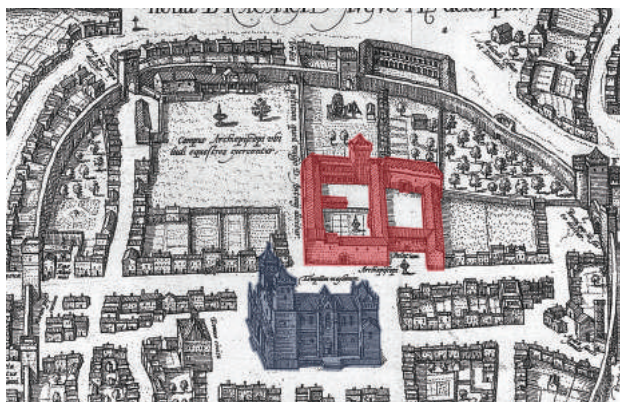
Porque a investigação por nós realizada os aprofundou, a síntese aqui exposta incorpora dois momentos especiais: o primeiro ensaia uma hipótese de restituição espacial da capela palatina,

35. Paço Arquiepiscopal e Sé destacados sobre excerto do mapa de Braunio (1594)

36. Paço Arquiepiscopal e Sé destacados sobre excerto do mapa *Typis Portugalie* (meados do séc. XVII)

37. Paço Arquiepiscopal e Sé destacados sobre excerto do mapa *Braga Primas* (1756)

38. Paço Arquiepiscopal e Sé destacados sobre excerto do mapa de Joaquim Pereira da Cruz (1868)



relativamente à qual muito pouco se sabe — e de que no edifício sobrevivem, tão-somente, ténues vestígios — mas que foi um tema de capital importância na história do conjunto arcebispal; o outro concentra-se nas intervenções realizadas pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) nas décadas 30-50 do século XX que, na tentativa de restituir as “partes essenciais” ao edifício, alteraram marcadamente o conjunto e definiram a volumetria, os alçados e os espaços interiores que ainda hoje encontramos.

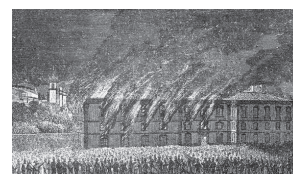
A fundação do Paço remonta à primeira metade do século XIV, com D. Gonçalo Pereira, arcebispo entre 1326 e 1348, que edificou uma *domus fortis*, composta por uma torre e, eventualmente, corpos anexos. Conjuntamente com a Sé, essa implantação viria a marcar indelevelmente o crescimento da cidade tardo-medieval e a deslocação do seu centro para Norte. Até finais de Quatrocentos, culminando sensivelmente com D. Fernando da Guerra (1416-1467), o Paço adensa o seu perfil militar, sobretudo através da construção de duas novas torres.

Com o arcebispado de D. Diogo de Sousa (1505-1532) e dissipadas as preocupações defensivas, o Paço refunde-se numa perspetiva contemporânea e abre-se perante a cidade, definindo um largo através de um edifício que constitui fachada urbana, um jardim de recreio e um novo chafariz que nobilitou o espaço fronteiro à construção. Afirmado-se face à rua do Souto e na direção da Sé, esta abertura renascentista estabeleceu um vínculo urbano perene.

D. Manuel de Sousa (1544-1549) definiu o largo no limite nascente, dando início ao Tribunal Eclesiástico, nomeadamente à Casa do Auditório e ao Tribunal da Relação, numa ação continuada por D. Luís de Sousa (1677-1690). O lado poente foi fixado por D. Frei Agostinho de Jesus (1588-1609) através de um corpo assente numa galeria porticada, rematada por uma singular varanda que se projeta sobre a rua, dominando também o seu enfiamento longitudinal. A *Galeria* do Paço ou a *Sala grande dos arcebispos*, onde D. Frei Agostinho instalou a sua biblioteca e começaram a ser colocados os retratos dos seus congéneres bracarenses, foi obra da última década do século XVI, da autoria de Manuel Luís. Hoje conhecida como Galeria Moura Teles, sabe-se que no espaço da sua colunata, então organizado em dois níveis através de *tabolleiros*, se instala-

39. Gravura do Paço de D. José de Bragança antes do incêndio de 1866

40. Gravura do incêndio de 1866



ram livreiros e impressores, desenvolvendo uma atividade que aí perdurou até aos anos 20 de Setecentos.

Assim foi conformado o Largo do Paço, à data designado de Terreiro, que veio a conhecer a sua espacialidade atual com as obras realizadas por D. Rodrigo de Moura Teles (1704-1728). Promotor de uma vasta ação edificatória em territórios da sua jurisdição, Moura Teles encontrou na reforma do Paço um dos episódios mais significativos da representação do poder arcebispal. Conseguiu-o, em particular, através de um expressivo esforço na monumentalização do edifício. A face mais visível desse propósito são os trabalhos executados nas alas voltadas ao Largo do Paço, até então um somatório de corpos erigidos ao longo de dois séculos pelos seus antecessores, a cujas fachadas procurou conferir uma imagem unitária e coesa. A esta deliberada operação cenográfica acrescentou a esplêndida Fonte dos Castelos no foco da composição, intensificando a sua axialidade e reforçando a expressão pública da sede do poder eclesiástico e civil.

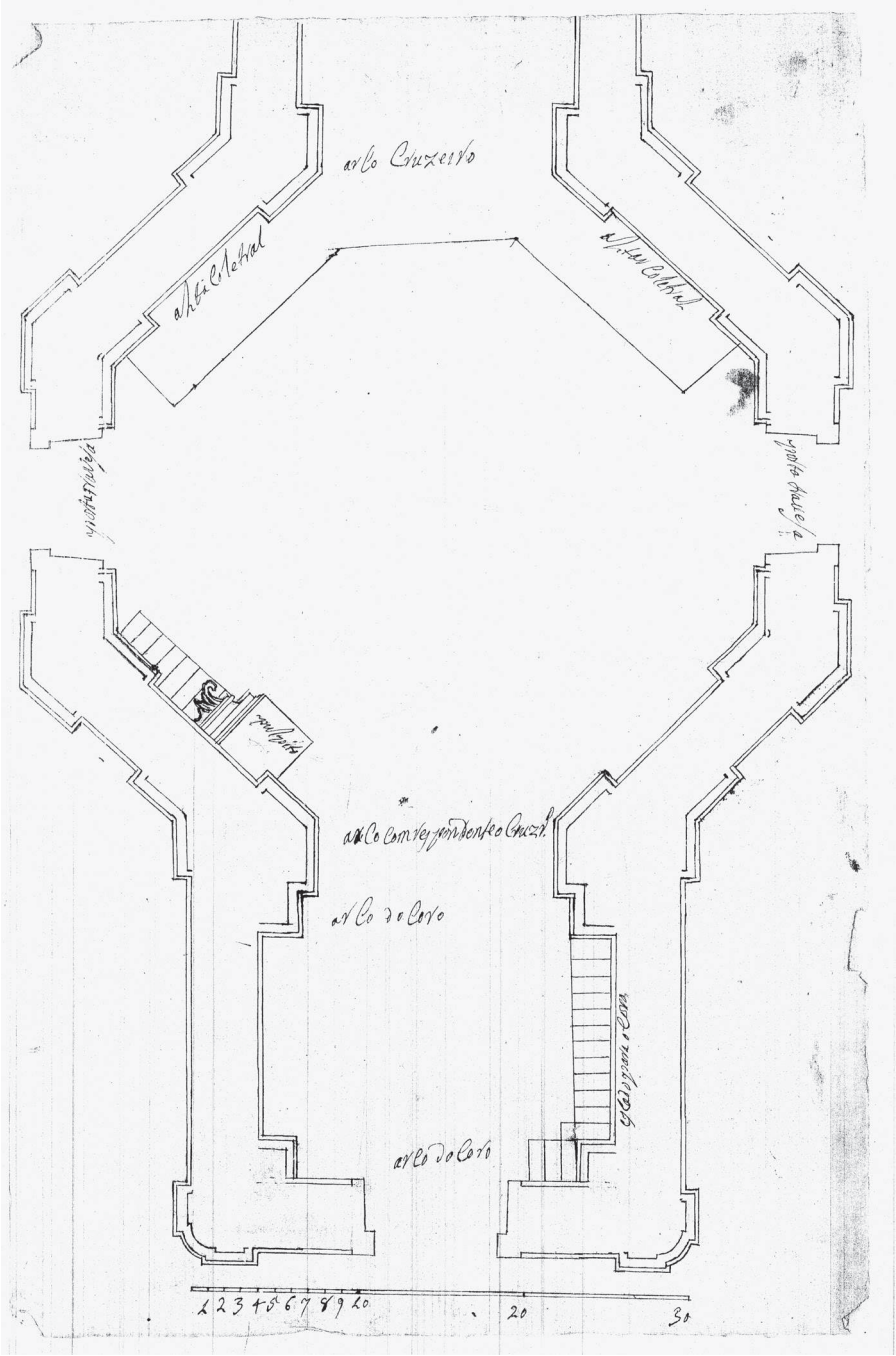
A renovação incluiu grandes intervenções na zona mais interior do edifício, onde se construiu a escadaria em três lanços que nobilita o átrio da entrada principal. Neste contexto enquadra-se a reedificação da palatina “capella publica”, cujo acesso se fazia também através do Largo do Paço, sob a *Galaria*, sublinhando a centralidade urbana do conjunto.

Ainda na primeira metade do século XVIII, D. José de Bragança, o palaciano arcebispo bracarense (1741-1756), mandou renovar e ampliar parte do complexo arquitetónico que desde o século XIV albergava os seus predecessores, inaugurando uma nova frente urbana de representação do arcebispado, que a partir de Quinhentos se tinha vindo a afirmar, particularmente, em correlação com a Sé Catedral.

Obra maior na cidade e primeiro projeto de André Soares, o palácio de D. José foi iniciado em meados de 40 e finalizado em 1751. Deu-se, assim, início à sistematização espacial do Campo de Touros, a praça onde se viriam a construir, quase em simultâneo e igualmente sob risco do mesmo arquiteto, os Paços do Concelho, um edifício de menor porte e implantado no lado oposto da praça, a cota inferior. Com este gesto, de manifesto desígnio urbano, o *Palacio Archiepiscopal* explicitava o ascendente dos “Senhores de Braga” sobre o território civil, também por eles governado.

41. Fotografia do Paço de D. José de Bragança após o incêndio de 1866





[Interpretar a capela palatina: os vestígios e as interrogações]

A história da capela palatina encerra um dos capítulos mais desconhecidos da trajetória do conjunto arquiépiscopal, restando escassos elementos textuais e gráficos que a descrevam e raros sinais físicos que testemunhem a sua presença.

Integralmente eliminada do perfil da cidade e do edifício — foi desmontada em 1921, supõe-se que por razões de segurança —, da sua anterior ocupação encontramos nesta investigação vestígios singulares, como a base do campanário, uma pequena janela barroca em forma de nuvem e um arco, praticamente impercetíveis a um olhar não informado. A porta da capela, atribuída a André Soares por Eduardo Pires de Oliveira, mais tarde reposicionada pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) no muro exterior, encontra-se atualmente desmantelada (conforme notícia do mesmo investigador) no parque de estacionamento da Câmara Municipal de Braga.

A retórica operação de renovação do Paço efetuada por D. José de Bragança em meados do século XVIII incluiu a reedificação da capela palatina erigida por D. Rodrigo de Moura Teles no primeiro quartel do mesmo século, com o intuito de lhe conferir “maior grandeza, e architectura mais elegante”, uma vez que não lhe encontrava “a grandeza necessaria para as funcions” (D. José de Bragança, *Relatório da Visita ‘ad limina’*, 1749-1754).

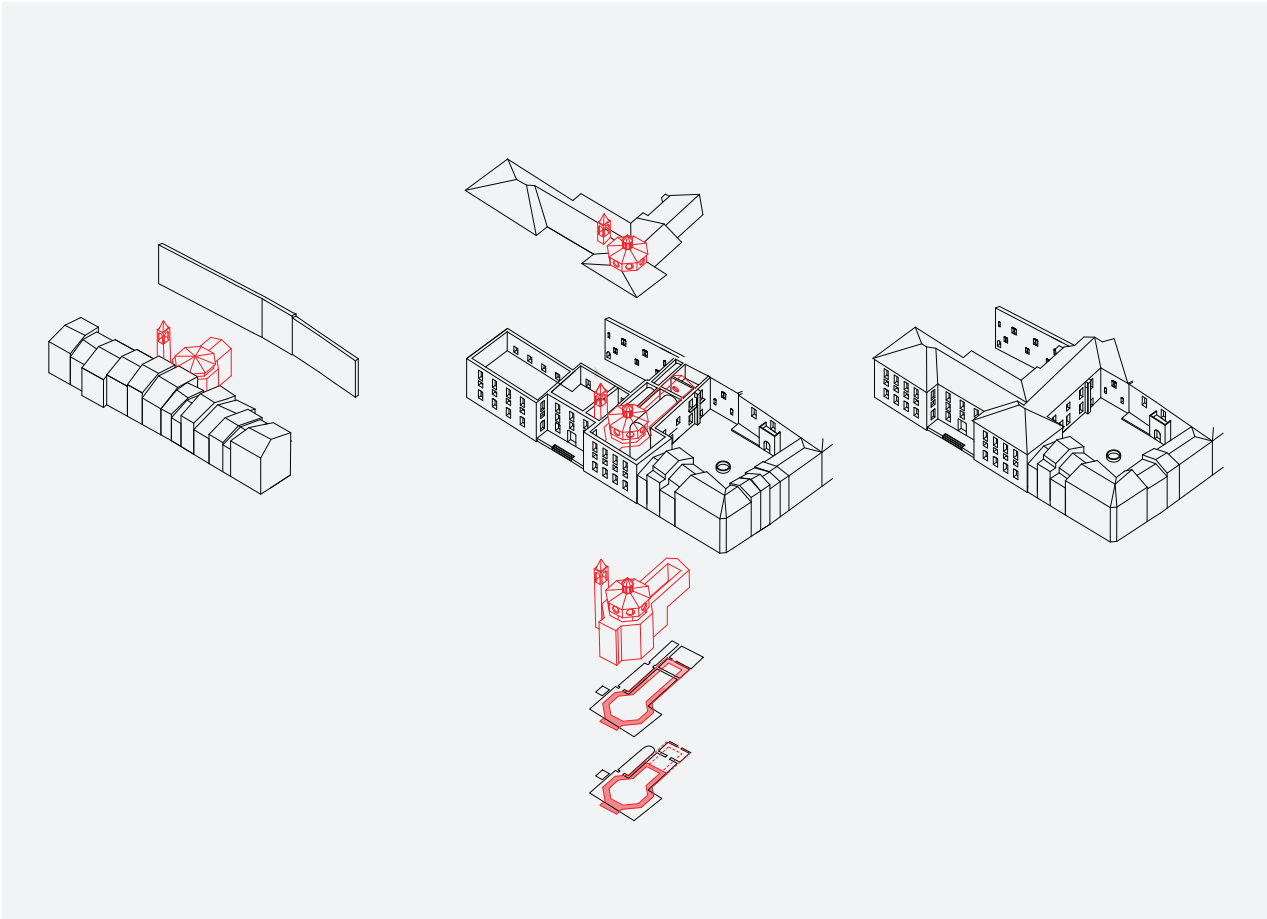
A atribuição de “grandeza” pretendida pelo arcebispo para a capela palatina não se expressou, naturalmente, no alçado principal do edifício. Com o objetivo de encontrar reconhecimento na cidade, âmbito onde a dimensão simbólica participa de forma indiscutível, a *capella* necessitava de ultrapassar essa situação de não legibilidade urbana.

Tal ambição não passou pela construção de uma capela *ex novo*, mas pela ampliação do templo antecessor, também ele

43. Hipótese de implantação e volumetria da capela de D. Rodrigo de Moura Teles

44. Hipótese de implantação e volumetria da capela de D. José de Bragança

45. Paço de D. José de Bragança, implantação e volumetria atual



já implantado sobre a capela com invocação a Nossa Senhora da Conceição.

O procurado “engrandecimento” foi obtido, em particular, através da construção de um zimbório octogonal de grandes dimensões, cujo volume era não só visível a partir da envolvente imediata, como se recortava em toda a sua singularidade no perfil da cidade, profusamente marcado por igrejas e torres sineiras. E embora a capela-mor se mantivesse adossada à fachada principal do edifício, a composição barroca desta última sobrepôs-se-lhe, mantendo, imperturbável, o seu ritmo e palaciana expressão sobre a praça urbana que assim nobilitava e, simultaneamente, subordinava. Dessa frente virada ao Campo de Touros, várias imagens dão notícia.

O resultado da ampliação promovida por D. José, uma “capella que he hua das mais famosas” — conforme observava o poderoso desembargador do Paço, Inácio José Peixoto, nas suas *Memórias Particulares* (c.1790) —, benzida a 16 de agosto de 1751, traduzia a ambição que lhe estava implícita.

Da sua organização interior pouco se conhece, existindo apenas uma planta (BPB, Colecção Cronológica, ms. 2632) que lhe é atribuída e que representa um objeto isolado sem qualquer referência ao contexto em que se insere. Reside também nesta lacuna — relativa à forma como se realizaria a articulação do espaço interior da capela com o palácio que então se construía e com o restante edifício já consolidado — uma das grandes interrogações sobre o seu desenho, cuja resposta não encontrámos em nenhum dos elementos iconográficos conhecidos.

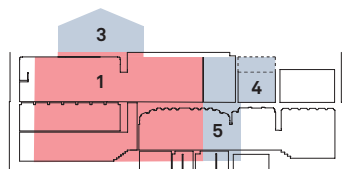
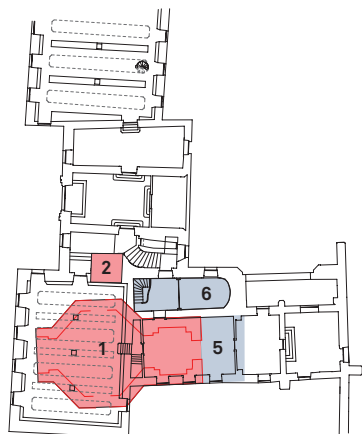
É exatamente porque aquela planta mostra uma capela autónoma e não embutida ou adossada a um edifício — o que é verificável pelo facto de apresentar paredes exteriores trabalhadas, nomeadamente com pilastras — que temos dúvidas em relação à sua correspondência com o projeto executado por D. José de Bragança para a capela palatina.

Em contrapartida, o facto de o espaço interior representar ser muito similar ao das capelas edificadas por D. Rodrigo de Moura Teles, permite supor que esse desenho talvez se refira a um projeto deste arcebispo e possa ter servido de modelo para a “Capela pública” que mandou edificar no Paço em 1708:

- 46. Janela barroca (provavelmente pertence ao oratório de D. José)
- 47. Base do campanário, no piso térreo do edifício
- 48. Porta pública da *Capella*, de D. José conforme recolocada pela DGEMN
- 49. Arco na sala do Arcaz (provavelmente pertencente ao oratório de D. José)



50. Hipótese de implantação e volumetria da Capela de D. José de Bragança: planta e corte



1. Capela (D. Rodrigo)
2. Campanário (D. Rodrigo)
3. Zimbório (D. José)
4. Oratório (D. José)
5. Nave, ampliação (D. José)
6. Sacristia (D. José)

51. Sobreposição: planta da capela de S. Sebastião (1717); planta da cidade de Braga (Joaquim Pereira da Cruz, 1868); vista aérea (2016)



“É obra do Arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles que dispendeu com a sua construção a quantia de 2:000:000 réis e mais 1:600:000 com a torre e sinos. Tem a fôrma de cruz grega. O edifício do Paço que a envolve, era acanhadíssimo” (Bellino, 1900).

A análise das obras empreendidas por Moura Teles indica a predominância de templos de planta tendencialmente centralizada, na generalidade com escala e proporção muito aproximada. A redução a escala idêntica e sobreposição de algumas dessas plantas confirmam a analogia, sendo particularmente evidentes as semelhanças do desenho atribuído à capela de D. José com a planta da capela de S. Sebastião das Carvalheiras, mandada edificar por D. Rodrigo e contemporânea da capela do Paço.

Com base no pressuposto de que o corpo da capela se manteria o definido por D. Rodrigo e que o “engrandecimento” realizado por D. José teria sido obtido, sobretudo, através da edificação do zimbório (aumentando significativamente o pé-direito e sofisticando quer a espacialidade, quer o tipo de iluminação natural) e do seu oratório privado, foi ensaiada uma hipótese de evolução da capela.

Para essa simulação recorreu-se à justaposição do desenho acima referido — a sua medida foi encontrada através do cotejamento com uma planta da cidade de Joaquim Pereira da Cruz (1868) em que se encontra representada a projeção de uma das pilastras exteriores — com a planta da capela de S. Sebastião das Carvalheiras; à análise de documentos textuais, dos quais se destacam os autos do inventário do espólio do arcebispo D. José de Bragança de 23 de fevereiro de 1761, onde são sumariamente descritos os diferentes compartimentos litúrgicos existentes, como o corredor da tribuna e o corredor do oratório, a sacristia e o oratório, e o relato de João Batista Vieira Gomes de uma visita que fez à capela, em 1841, onde, a título de exemplo, se refere a localização da tribuna e do oratório do arcebispo; e, por fim, à integração dos mapas de trabalho da intervenção realizada pela Direção Geral dos Monumentos e Edifícios Nacionais.

Este trabalho de espacialização da informação textual e de sobreposição de diferentes fontes iconográficas redesenhadas

52. Pintura com representação das obras de D. Rodrigo de Moura Teles (século XVIII)

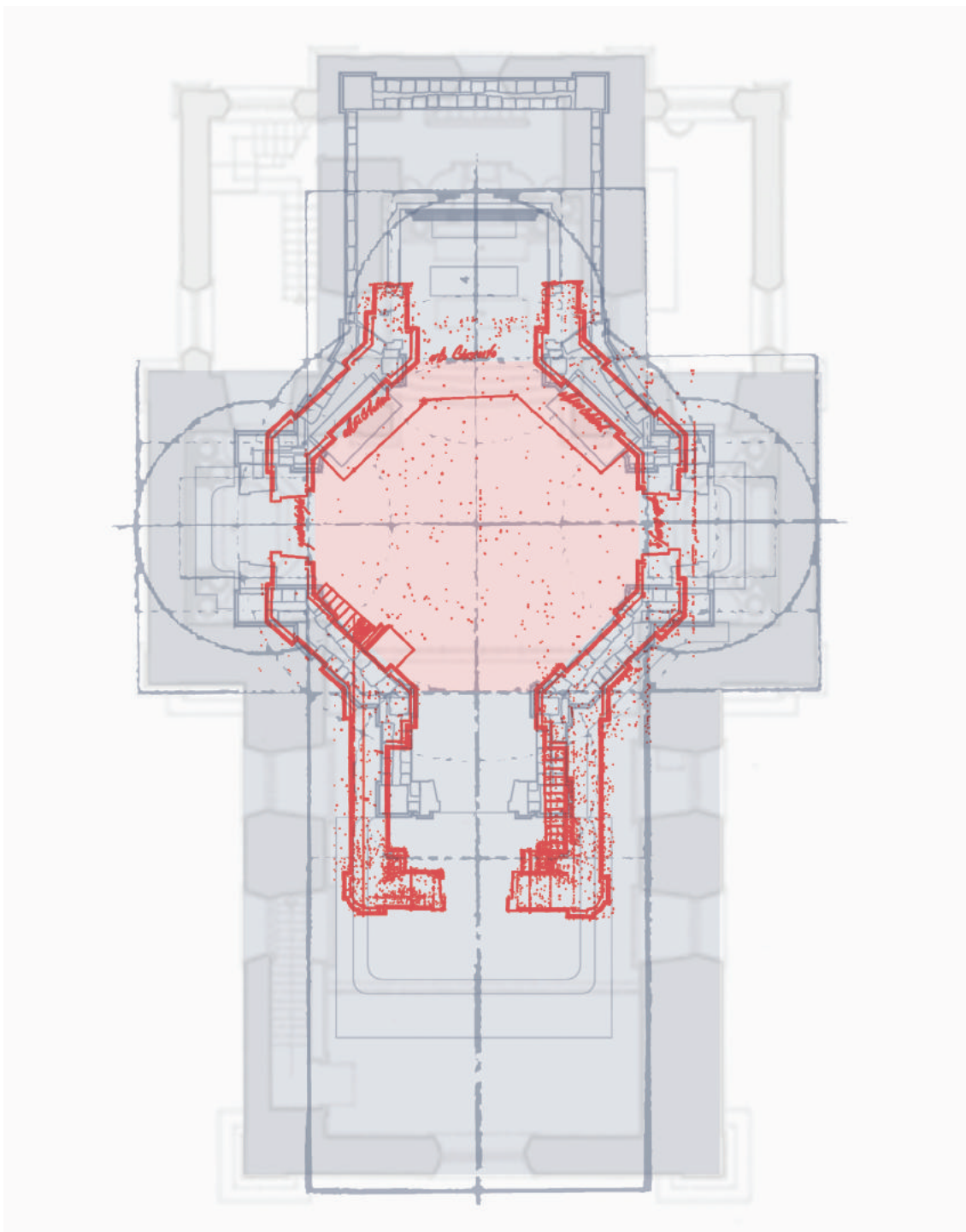
53. Igreja do Bom Jesus de Fão, Esposende, capela de São Sebastião das Carvalheiras, Braga, capela de N.ª Sr.ª de Guadalupe, Braga (detalhes)



à mesma escala permitiu confrontar dimensões e sugerir, com relativo rigor, uma implantação para a capela de D. Rodrigo e para a ampliação efetuada por D. José. Permite também formular a hipótese de que o arco em que hoje em dia se encontra encastrado o Arcaz corresponda ao arco do oratório de D. José e que a pequena janela barroca que sobreviveu à intervenção da DGEMN seja uma janela desse mesmo oratório, aberta sobre o que então seria um pátio de ligação entre a entrada dos carros no Paço e o espaço localizado entre o corpo medieval e o palácio de D. José.

A verificação da hipótese que aqui se adianta e que os desenhos realizados sintetizam depende do desenvolvimento da investigação, numa aproximação multidisciplinar que deverá contar com a realização de trabalhos de arqueologia que confirmem datações e, eventualmente, encontrem vestígios que concorram para a clarificação da história da capela palatina do Paço Arquiepiscopal.

54. Sobreposição das plantas
Capella do Sr. D. José (a vermelho),
igreja do Bom Jesus de Fão, capela
de São Sebastião das Carvalheiras
e capela de N.^a Sr.^a de Guadalupe



O Paço Arquiepiscopal sob o domínio público

Com a política de desamortização do Liberalismo, no ano de 1834 grande parte do edifício passou para os bens da Fazenda Pública, dando início a um período de significativo declínio e descaracterização.

Esta progressiva decadência viu-se acentuada por um incêndio em 1866 que quase destruiu o palácio josefino, pela intensa ocupação do edifício por diversas entidades oficiais — nomeadamente a Prefeitura do Minho, o Governo Civil, um quartel militar, uma corporação de bombeiros, as instalações dos Correios e Telégrafos — e, também, por particulares, que foram reformulando os espaços interiores sem outro critério que não o das suas exigências funcionais.

Com a proclamação da República, ocorreu o desalojamento definitivo dos arcebispos do Paço e a incorporação de todo o conjunto arquitetónico nos bens nacionais. Com grande significado para a cidade — que já então muito afirmativamente se revia na proteção e divulgação do seu espólio arqueológico —, aí veio a instalar-se, em 1918, o Museu D. Diogo de Sousa.

Em 1921 a capela palatina — que, embora por certo bastante afetada, sobreviveu ao incêndio — foi demolida sem que dela tenham sido feitos registos. E entre propostas para reconstrução do Paço de D. José e diferentes hipóteses de ocupação (como, nomeadamente, um liceu), o seu destino como Biblioteca Pública e Arquivo Distrital sedimentou-se. No início dos anos 20 surgiu um primeiro projeto nesse sentido, com origem na Direção dos Edifícios Nacionais-Norte (DEN-N).

Mas é em 1930 que as obras se iniciam, sob direção da DGEMN, agora com desenho da autoria de Manuel Fernandes de Sá e abrangendo a totalidade do conjunto arcebispal. Num processo deveras rápido, dada a dimensão e complexidade da obra, a Biblioteca instalou-se em 1934. Em 1940 a quase

totalidade da intervenção estava concluída, fazendo surgir das ruínas um inesperado edifício reconstituído.

Ao longo de duas décadas e meia todo o imóvel e espaço público envolvente foram profundamente redesenhados, com base num projeto coerente que aliou pressupostos disciplinares e discurso ideológico. Exaltando uma memória monumentalizada, fixada em linguagem e tempo idealizados, o renovado Paço Arquiepiscopal acolheu a Biblioteca Pública e o Arquivo Distrital de Braga, transformando-se num ícone da política patrimonial adotada pelo Estado Novo.

A criação da Universidade do Minho (1973-74) trouxe-lhe como legado o edifício do Paço. Já aí instalada, viu em 1975 concluídas as obras de adaptação, realizadas com projeto de Frederico Burnay. Desde então e até aos nossos dias, o Paço tem sofrido, nos espaços menos condicionados arquitetonicamente, intervenções casuísticas destinadas a solucionar questões de natureza funcional. A saída do Arquivo Distrital e de vários serviços para instalações próprias — porque desaliena uma quantidade de área deveras substancial — permite repensar, de uma forma liberta de constrangimentos antes insuperáveis, a reorganização do conjunto.

O Paço Arquiepiscopal | Universidade do Minho parece, assim, apresentar condições para recuperar a integridade espacial e arquitetónica que o seu extraordinário valor patrimonial — material e intangível — reclama.

[Restaurar a memória da nação: as intervenções DEN-N/DGEMN]

Com o desígnio inicial de oferecer casa ao acervo da Biblioteca Pública e do Arquivo Distrital, a DEN-N e, depois, a DGEMN encetaram uma sequência de levantamentos, projetos e obras, que aqui tentamos organizar em ‘campanhas’ e que abrangeram todos os corpos do Paço Arquiepiscopal, prolongando-se até à década de 50 do século passado. Dada a sua importância e envergadura, foram assumidas como uma das mais representativas realizações com vista à ambicionada “Restauração material, restauração moral, restauração nacional” (Oliveira Salazar, discurso de 28 de maio de 1936) proclamada pelo Estado Novo.

Campanha 1

Reconstrução do corpo barroco [Paço de D. José de Bragança] para instalação da Biblioteca Pública | 1930-1934

A fachada do edifício que hoje encontramos, uma composição projetada de raiz por André Soares, conta uma história singular que traduz a visão contemporânea, não só da DGEMN como de muitos organismos seus congêneres, sobre os princípios de reabilitação do património arquitetónico.

O Paço barroco é, atualmente, um edifício simétrico composto por um corpo central um pouco recuado, onde se localiza a entrada principal, e duas alas laterais com a mesma dimensão. Devido à sua localização — em que uma das alas fica parcialmente integrada na rua da Misericórdia —, não é possível vê-lo frontalmente na totalidade. Por essa razão, as imagens que pretendem mostrar a fachada do edifício por inteiro são compostas quase sempre a partir da praça e do mesmo ponto de vista, apresentando-o em escorço. O mesmo acontece com as representações conhecidas anteriores ao grande incêndio de 1866 e à obra da DGEMN que, na intenção

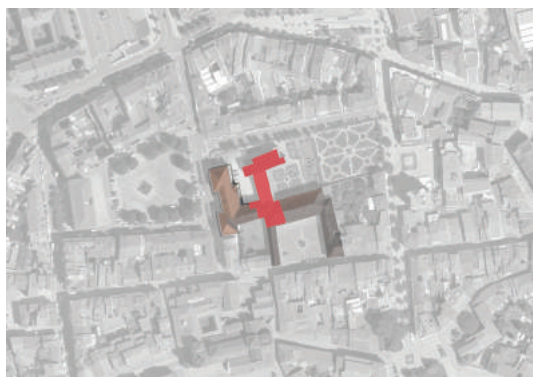
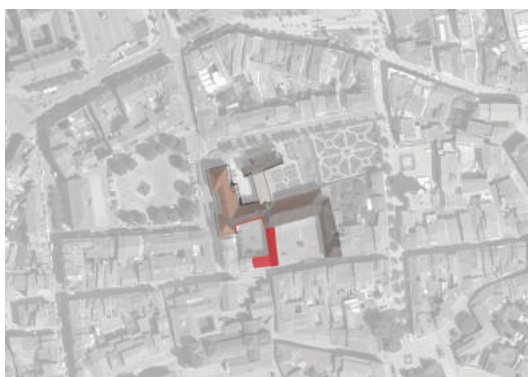
55. Corpo barroco (c. 1871)

56. Corpo medieval, 1937
57. Corpo moderno (c. 1930)



58. Campanha 1 – Reconstrução do corpo barroco (1930-1934)
59. Campanha 2 – Intervenção no corpo moderno (c. 1930-1934)
60. Campanha 3 – Reconstrução do corpo medieval e da fachada norte do corpo moderno (1934-1939)

61. Campanha 4 – Requalificação do interior da Galeria Moura Teles e casas sobre a rua do Souto (anos 40-50)
62. Campanha 5 – Obras no espaço público envolvente (1950-1956)



de mostrar todo o edifício, manipularam o desenho do seu alçado em perspectiva.

Supunha-se que a intervenção DGEMN teria respeitado a implantação do edifício setecentista semidestruído pelo incêndio de 1866, reconstruindo a sua fachada a partir das paredes originais. Contudo, a investigação desenvolvida no âmbito deste trabalho chegou a uma outra conclusão.

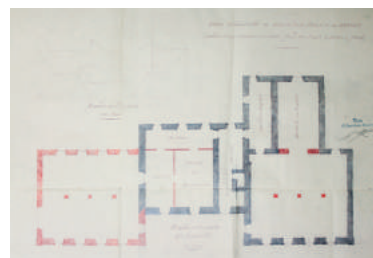
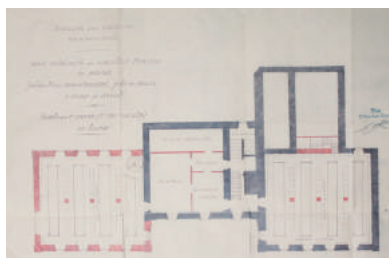
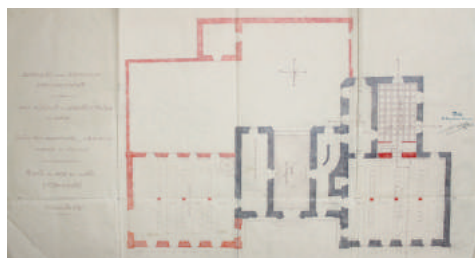
Ao estudar as imagens, foi possível verificar que apesar de estar dissimulada através do jogo perspético as alas do edifício original revelavam uma assimetria, sendo o corpo norte ligeiramente mais alongado que o corpo sul. A consulta de documentação existente na Biblioteca Pública de Braga permitiu através de um levantamento da fachada, datado de 1868, estabelecer que, de facto, essa assimetria existia, revelando, simultaneamente, que a DGEMN a terá anulado quando do seu *restauro* na década de 30, no intuito de devolver ao Paço de D. José, num claro julgamento estilístico, a simetria que ele nunca possuiu.

A sobreposição entre o alçado de 1868 e a fachada atual confirmou esta conjectura, também posteriormente corroborada por uma passagem da memória descritiva da intervenção DGEMN, que não fora até à data devidamente interpretada. Nesse documento surge uma referência ao desígnio de tornar o conjunto “perfeitamente simétrico, com um corpo central recuado e dois laterais iguais, o que no edifício antigo se não dava” (*Parecer do Conselho Superior de Obras Públicas*, 4 de dezembro de 1930).

Mas esta diferença na dimensão inicial dos alçados dos corpos sul e norte, resultante de uma implantação que não permitiria um edifício simétrico, conduziu André Soares — para quem a axialidade constituía um suporte estruturante do desenho — à criação dessa ilusão, utilizando afastamentos diferentes e proporcionados entre os vãos, na evidente intenção de induzir uma leitura da fachada como composição simétrica. Assim uma outra interrogação se colocou relativa à razão de ser do recurso a esse *trompe l’oeil*, uma vez que, aparentemente, não existiam condicionantes que obstassem a um desenho de raiz simétrico. Supôs-se que a preexistência

63. Nova instalação da Biblioteca Pública de Braga, junto ao Museu D. Diogo de Sousa, plantas, alçado e cortes, c. 1920

64. Excerto do Parecer do Conselho Superior de Obras Públicas, 4 de dezembro de 1930



A arquitectura do edificio é respeitada sendo uma ala, que se encontra em maior ruína, apeada e sendo a reconstrução dela feita por forma a ficar o edificio perfeitamente simétrico, com um corpo central recuado e dois laterais iguais, o que no edificio antigo se não dava.



da *capella* de D. Rodrigo Moura Teles, que D. José ampliou, terá condicionado a dimensão da ala sul e fixado a localização do corpo central. Já não se compreendia, no entanto, o motivo que ditou a maior extensão da ala norte. No intuito de a perceber, recorreu-se, de novo, a uma operação de redenho, reduzindo à mesma escala e cruzando iconografia que permitisse extrair informação complementar.

A partir da sobreposição entre o alçado do edifício e a planta da Praça do Município — ambas realizadas por Joaquim Pereira da Cruz em 1868, após o incêndio —, observa-se que o cunhal obtido com o alongamento do corpo norte do Paço alinha com o topo análogo dos Paços do Concelho (implantado do lado oposto da praça) que em simultâneo e pelo mesmo arquiteto se encontrava a ser projetado. Revelavam-se assim, com esta evidente e forçada correspondência, as preocupações urbanas de André Soares que através desse gesto articulado configurava e monumentalizava o então irregular desenho do Campo de Touros.

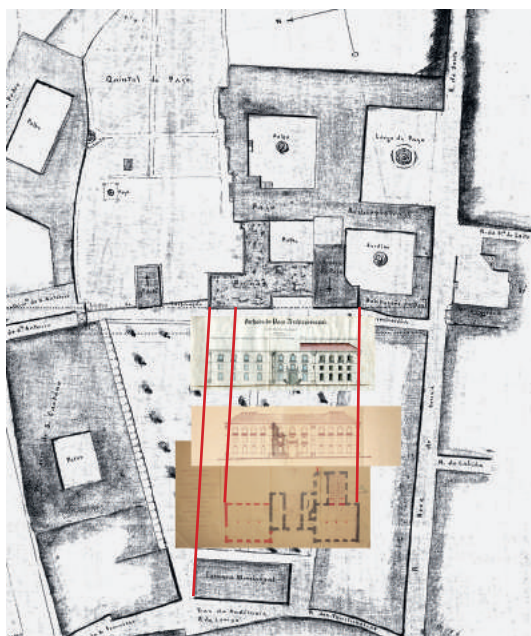
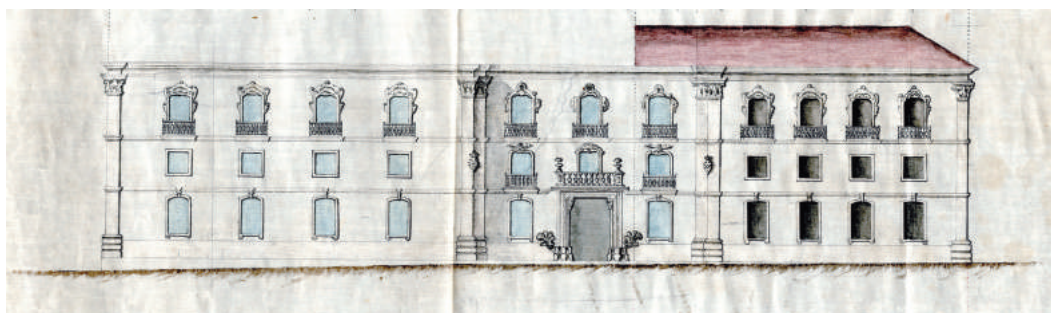
Desconhecendo as razões compositivas e geométricas que a sistematização do desenho da Praça do Município exigiu ao edifício arcebispal, a DGEMN, na sua intenção de corrigir o que lhe terá parecido, talvez, um acidente de projeto, amputou parte da ala norte para o tornar “perfeitamente simétrico”. Esta opção exprime — para além de princípios de intervenção em edifícios com valor patrimonial próprios à época, que hoje não seriam aceitáveis — um enfoque exclusivo no objeto a intervir, sem atender à sua possível reverberação num tecido urbano mais vasto.

O projeto para o interior do edifício, embora salvaguardando alguns dos espaços preexistentes (escadas, a antiga sacristia e a base da torre sineira), não revela preocupações de adequação tipológica ao que terá sido o Paço barroco. Respondendo às novas exigências funcionais e técnicas pretendia antes evidenciar, através do tratamento das superfícies, uma imagem que visualmente correspondesse à sua época original. Fazendo jus a esse desígnio — e de acordo com uma preocupação manifesta num documento de obra DGEMN, de 1933 —, foram integrados revestimentos decorativos do “tipo

65. Comparação entre a atual fachada do corpo barroco e a fachada do Paço Arquiepiscopal (levantamento após o incêndio de 1866)

66. Hipótese de composição da Praça de Touros segundo André Soares, relacionando o palácio de D. José com os Paços do Concelho (desenho sobre excerto de planta)

67. Comparação da implantação do corpo barroco original com a do projeto DEN-N (sobre excerto da planta de 1868)



século XVIII”. Com o propósito de aumentar a carga expressiva desses espaços foram ainda trasladados diversos elementos notáveis presentes noutros contextos. Veja-se como exemplo a transferência do teto barroco do Seminário Conciliar de São Paulo de Braga, do arcaz do cartório do Cabido bracarense, que se encontrava na torre adossada à Capela da Glória, ou da porta da capela palatina de D. José, atribuída a André Soares, que foi relocalizada junto à frontaria, servindo como “porta de carros”.

Como sistema construtivo privilegiado recorreu-se à alvenaria de granito em paredes (reabilitando, renovando ou erigindo *ex novo*) e a estrutura de betão armado em pavimentos. A sua utilização justificava-se pela preocupação em combater os efeitos desastrosos de um eventual novo incêndio e pela capacidade de suportar cargas elevadas nas lajes, assim possibilitando libertar grandes vãos para as exigências que a biblioteca impunha. Nos espaços representativos houve a preocupação de camuflar a estrutura através de um revestimento de madeira, geralmente pintada, tentando simular dessa forma o sistema construtivo original do edifício e gerar o valor simbólico pretendido. Nos compartimentos técnicos, contrariamente aos anteriores, assumiu-se sem constrangimento o betão aparente, pois tratavam-se de salas não visitáveis pelo público e, por conseguinte, que não seria necessário nobilitar.

A primeira campanha sintetiza o processo e a metodologia utilizada pela DGEMN no projeto de *restauro* do edifício, definindo um modo de atuação que depois replicará nos outros estágios da intervenção.

68. Área abrangida pela 2.ª campanha DGEMN (sobreposição dos levantamentos DGEMN, 1934 e CEEAUM 2015)

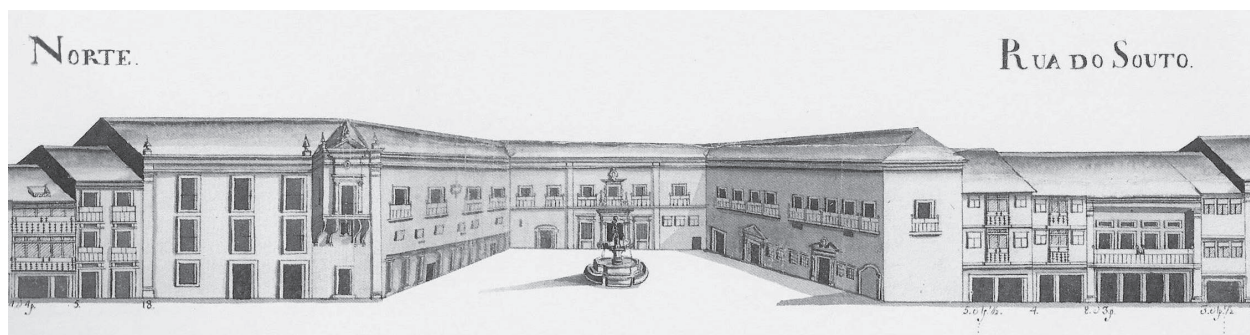


69. Fachada da ala central do corpo moderno (já intervencionada)



70. Mapa das Ruas de Braga, folha 6 (1750)

71. Fachada atual do corpo moderno (a partir da rua do Souto)



D. José de Bragança
(1739-1756)

D. Frei Agostinho de Jesus
(1590-1609)

D. Diogo de Sousa (1505-1532)
D. Rodrigo de Moura Telles (1704-1728)

D. Manuel de Sousa
(1544-1549) D. Rodrigo de Moura Telles (1739-1756)

D. José de Bragança
(1739-1756)



Campanha 2

Intervenção no corpo moderno [alas central e nascente].

Remodelação das fachadas voltadas ao Largo do Paço e do interior das alas central e nascente | c.1930-1934

Sensivelmente a par das obras encetadas no corpo barroco, que desencadearam toda a intervenção, decorriam os trabalhos de remodelação nas alas voltadas ao Largo do Paço. A delimitação temporal e física deste conjunto de intervenções não é evidente. No entanto, a análise de uma fotografia (fig. 69) permitiu encontrar, através do enfiamento da porta dos carros, a escada adossada ao corpo medieval — posteriormente demolida na intervenção DGEMN —, tornando possível datar este conjunto de intervenções, em particular as exteriores, no período anterior à campanha 3, que decorreu entre 1934-1940.

A pouca ênfase dada pelos estudos a esta campanha pode estar relacionada com o facto de serem consideradas obras menos complexas e profundas que as anteriores. Esta circunstância deve-se, fundamentalmente, à menor espectacularidade exterior das obras efetuadas e à contínua ocupação das alas voltadas ao Largo do Paço por programas diversificados como o Museu D. Diogo de Sousa (que apenas na década de 70 abandona em definitivo o Paço), o Tribunal Judicial e o Quartel Militar.

Embora os trabalhos levados a cabo nesta fase não sejam especialmente valorizados, implicaram a recomposição dos vãos e o capeamento com 15 cm de granito de toda a fachada da ala central. O propósito desta intervenção vinculava-se, sobretudo, com o reforço da afirmação do edifício do ponto de vista simbólico e representativo. Ao intensificar o carácter unitário das fachadas — retomando, cerca de dois séculos depois, o esforço iniciado por D. Rodrigo de Moura Teles — e fortalecer uma simetria anteriormente débil, procedendo a uma significativa alteração dos vãos (com recurso ao seu redimensionamento, realinhamento, abertura e, até, à encenação de uma janela falsa que não encontra o seu reflexo no interior), evidencia-se o grande momento de acesso ao conjunto arquitetónico e reforça-se a axialidade preexistente, no alinhamento da Fonte dos Castelos.

Internamente a remodelação seguiu os princípios espaciais e construtivos adotados no corpo barroco, tendo sido muito enfatizados o átrio, a grande escada de acesso ao piso superior — que conduz ao Salão Nobre, com frequência solicitado para a realização de atos formais — e a arcaria renascentista da sala térrea da ala nascente. Também de sublinhar que o teto da *Galária*, pintado e com as armas de D. Rodrigo de Moura Teles, não foi intervencionado, pelo que poderá representar, agora, a única peça deste período a restaurar de raiz. Tetos e outros elementos de revestimento (como uma das portas exteriores do Convento dos Remédios, ao que se supõe) foram adaptados a salas então criadas ou executados de novo, procurando um desenho condizente com a época original do edifício.

Campanha 3

Reconstrução do corpo medieval e da fachada norte do corpo moderno | 1934-1940

Com a demolição das cozinhas, de um último piso e dos elementos espúrios que se encontravam no edifício norte do conjunto (que se mantinha aparentemente intacto desde meados do séc. XVIII, conforme se pode verificar no “Mappa de Braga Primas”, de André Soares), revelaram-se abundantes vestígios medievais. Iniciava-se uma das mais entusiasmantes fases da reconstrução do Paço Arquiepiscopal, que se debruçaria sobre a *domus fortis*.

Com o aparecimento da estrutura medieva original, o restauro passa a reportar-se a um período privilegiado pelo proselitismo do Estado Novo. A conformação inicial deste sector, iniciada pelo arcebispo D. Gonçalo Pereira, avô do Santo Condestável Nuno Álvares Pereira, herói incontestado da soberania nacional, adensa o perfil retórico da intervenção. A par com a descoberta de paredes, vãos e molduras medievais, o surgimento inesperado de cerca de 6 merlões que se encontravam a coroar o topo norte do conjunto forneceu um evidente mote formal para a sua reconstituição.

E se as três torres, embora interligadas, foram assumidas na sua individualidade, gerando três pisos de salas com dimensões diversas, já o extenso corpo horizontal da *domus*

72. Fachadas nascente e sul do corpo medieval no início das obras (demolições DGEMN a vermelho)
 73. Fachada sul do corpo medieval e pátio nascente, excerto do mapa *Braga Primas* (demolições DGEMN a vermelho)

74. Vista do pátio nascente antes da intervenção DGEMN
 75-76. Vista do pátio nascente e corpo medieval após a intervenção DGEMN



77. Reconstrução do corpo medieval, vista a partir do pátio poente (a vermelho, vãos mantidos)
 78. Construção do Salão Medieval, vista interior (a vermelho, demolição DGEMN; a azul construção DGEMN)

79. Construção do Salão Medieval (sobreposição dos levantamentos DGEMN c.1934, e CEEAUM 2015)
 80. Arcos retirados do Salão Medieval, com arco acrescentado pela DGEMN (a azul) no pátio nascente ("claustro")



c.1937



1937



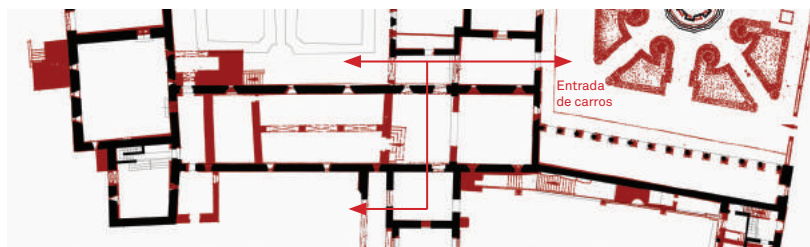
c.1939



1938



1938



fortis se mostrou adequado à instalação de uma grande sala, então muito reclamada pela cidade para acolher os seus eventos mais significativos. O Salão Medieval que aqui encontrou lugar representa uma aspiração das elites bracarenses e traduz, na sua dimensão e decoração, um misto de austeridade e fausto em que a sociedade se revia. Ainda hoje essa aura se mantém, sendo considerado um dos espaços mais importantes e simbólicos de Braga.

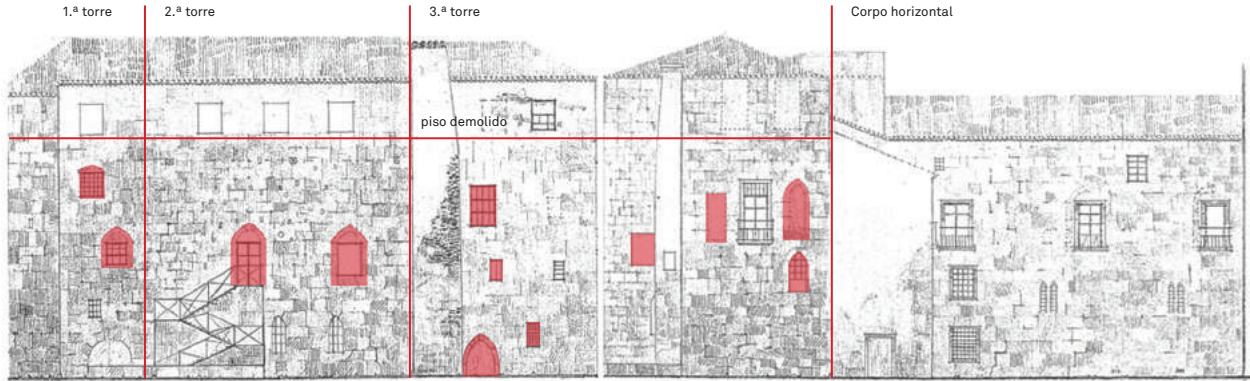
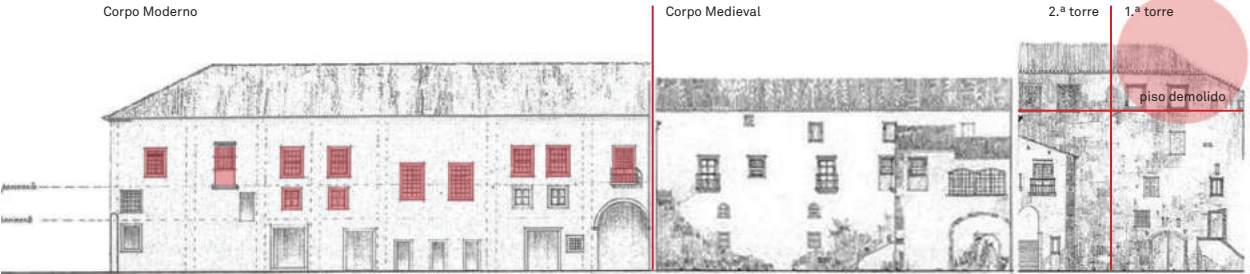
Não obstante aquela área ter sido encontrada pela DGEMN dividida numa sucessão de compartimentos e de a passagem de carros de cavalos a cruzar transversalmente, o objetivo de criar um espaço unitário e contínuo entre as torres e a frente do Largo do Paço levou à demolição de divisória internas, ao encerramento de paredes laterais e à abertura de novos vãos semelhantes aos originais. A introdução de uma laje de betão armado entrepisos possibilitou que uma outra sala, de dimensão quase similar, surgisse no piso superior. O betão volta a ser camuflado com o recurso ao revestimento em madeira e a elementos decorativos: mísulas em betão fingido de granito, vãos com vitrais, madeiras pintadas e grandes lustres em ferro auxiliam na construção dessa retórica revivalista.

Para alcançar o desafogo espacial necessário aos grandes eventos, foi necessário retirar a estrutura medieval intermédia que existia no piso térreo. Neste caso, a transferência dos três arcos góticos para o exterior serviu um outro fim, permitindo notabilizar o pátio nascente, convocando a existência de um anterior claustro em substituição do ambiente ruralizante que possuía à época da intervenção.

Embora à luz atual se considerem muito criticamente as opções de restauro adotadas pela DGEMN, sabemos que essa metodologia era defendida por correntes contemporâneas e fundamentada num amplo estudo do objeto a intervencionar. Podemos, a título de exemplo, referir os trabalhos histórico-arqueológicos e, através dos planos desenhados que nos chegaram, o levantamento arquitetónico então efetuado, que documentaram a intervenção. Os merlões descobertos foram reproduzidos em toda a extensão do coroamento do Paço medieval e a reconstrução das janelas góticas (tal como a sua

81. Corpos moderno e medieval antes e após intervenção, a partir do pátio nascente (a vermelho, vãos mantidos)
 82. Levantamento DGEMN dos corpos moderno e medieval antes da intervenção

83. Corpo medieval antes e após intervenção (a vermelho vãos mantidos)
 84. Levantamento DGEMN do corpo medieval antes da intervenção



construção *ex novo*), cujas guarnições se encontravam insinuadas nas paredes de granito, assentou no estudo métrico e geométrico desses vestígios. A intervenção fundamentou-se no monumento enquanto documento material a reconstituir, e as suas lacunas foram colmatadas pela repetição de elementos análogos aos que nele se encontraram. Assumindo a cópia como uma opção adequada, o projeto pautou-se, genericamente, pela conformidade da intervenção — flexível, contudo, face às exigências funcionais — à genealogia estilística do corpo original. Foi sob essa perspetiva que terá sido procurada a coerência entre os planos formal e conceptual do restauro arquitetónico levado a efeito no Paço Arquiepiscopal.

Campanha 4

Remodelação do interior da *Galaria* do Paço e fachadas sobre o pátio sul e a rua do Souto | anos 40-50

A quarta campanha teve como principal objetivo a requalificação do pátio sul — onde D. Diogo de Sousa terá instalado o seu jardim renascentista — e as fachadas confrontantes, numa operação que tornou aparente o encontro entre a *domus fortis* medieval e o corpo moderno.

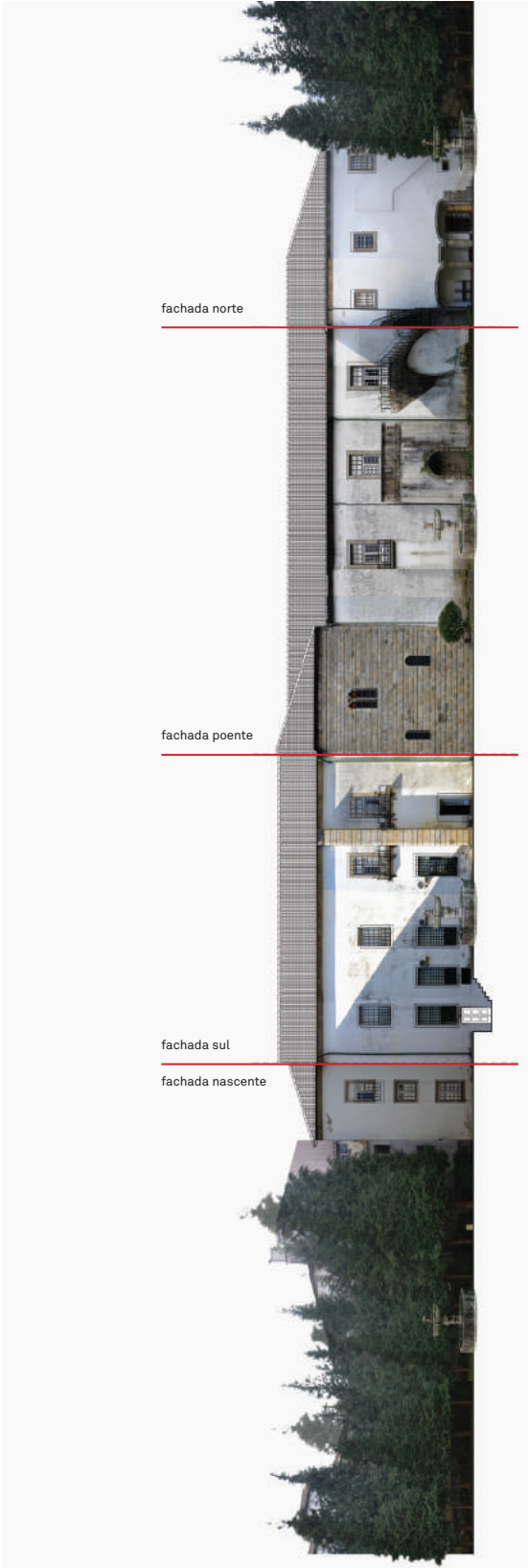
A alteração de maior relevo desta fase terá sido a demolição de uma caixa de escadas e de um corpo sobrelevado em pilares, adjacente à *Galaria*, ou Galeria Moura Teles, que funcionava como corredor de acesso entre as casas mandadas edificar por D. José de Bragança, face à rua do Souto, e o corpo moderno.

A remodelação da DGEMN trouxe para o centro do espaço o fontanário que anteriormente se localizava no pátio norte. Recorde-se que se trata de uma peça que remonta também ao tempo de D. Diogo de Sousa, e que durante o seu arcebispado nobilitava o então semi-conformado Largo do Paço, conforme é possível observar no mapa de Braunio.

De assinalar que as sondagens arqueológicas aqui realizadas revelaram a existência de uma série de estruturas da Alta e Baixa Idade Média, que vêm comprovar a intensa ocupação do sítio desde o período medieval.

85. Pátio sul, fachadas envolventes
antes e depois da intervenção

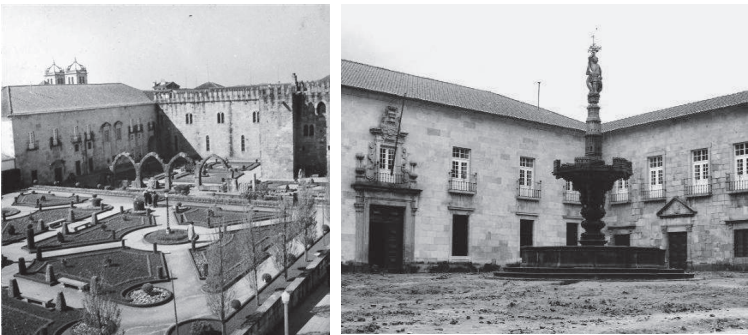
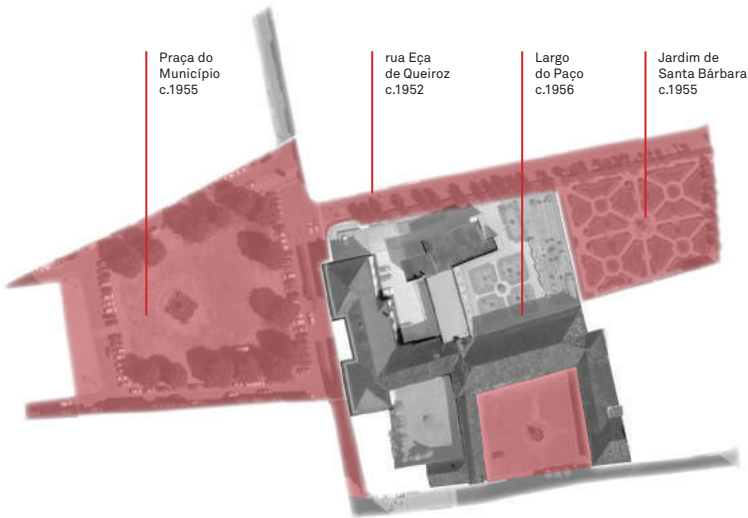




87. Áreas intervencionadas
na campanha 5

88. Abertura da rua Eça de Queiroz
89. Jardim de Santa Bárbara
90. Remodelação do Largo do Paço

91. Mercado Municipal
(Praça do Município)
92. Praça do Município
após remodelação



88 91
89 90 92



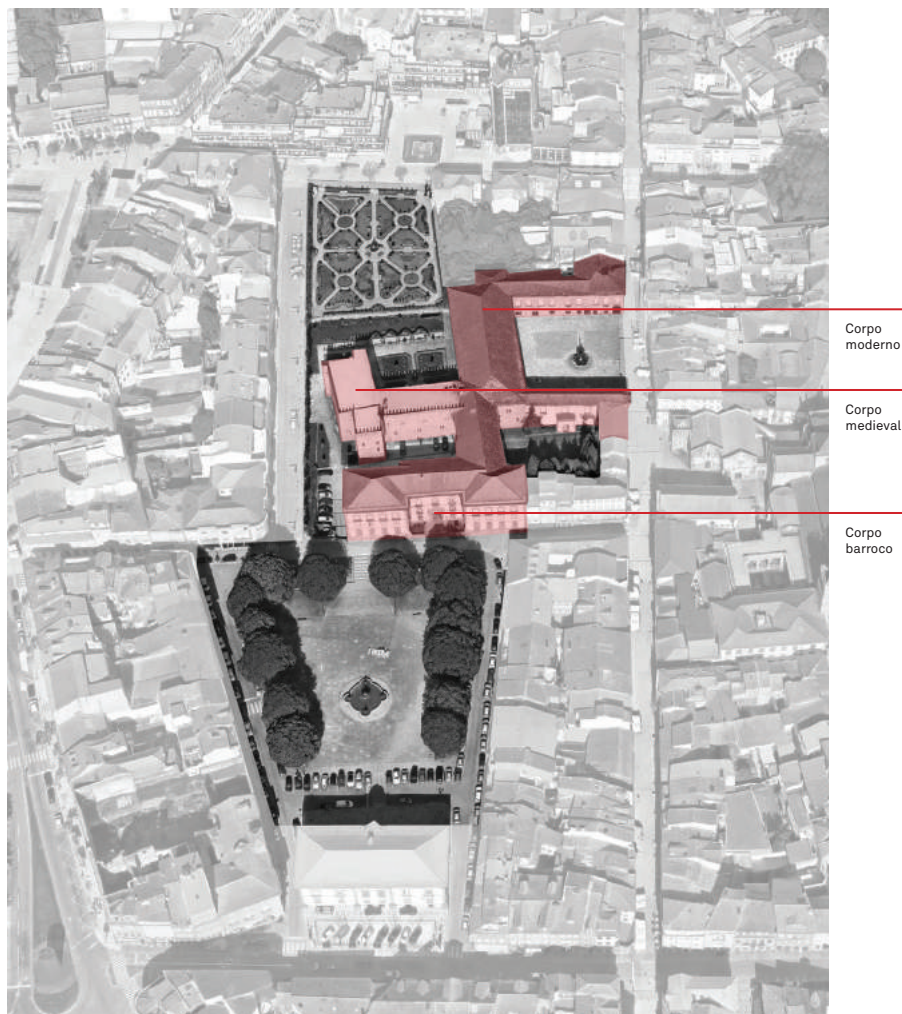
Campanha 5

Obras no espaço público: abertura da rua Eça de Queiroz; execução do jardim de Santa Bárbara; remodelação da Praça do Município e do Largo do Paço | 1950-1956

Reconstituído o conjunto arquitectónico era essencial oferecer-lhe a visibilidade que asseguraria o seu máximo efeito urbano, simbólico e de propaganda ideológica. A intervenção no espaço público confrontante surge como última campanha das obras, constituindo o remate da paradigmática operação. Com a abertura da rua Eça de Queiroz — que gerou uma faixa urbana cujo loteamento financiou parte das obras e possibilitou uma extensa frente de visibilidade sobre o corpo medieval do Paço, anteriormente inexistente —, a sistematização do jardim de Santa Bárbara — plinto privilegiado de contemplação do monumento resgatado e do seu “claustro” em primeiro plano —, a demolição do mercado e o consequente arranjo da Praça do Município — que permitiu a sua leitura integral, assim como a perceção simultânea e complementar do corpo barroco e dos Paços do Concelho — e, ainda, a remodelação do Largo do Paço — que passou a integrar o espaço público —, encerrava-se a profunda e extensiva intervenção da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Rodeado por uma envolvente sobre ele aberta que o enquadrava e revelou à cidade, reabilitado, supostamente regressado à sua integridade inicial e recuperado para usos públicos ilustres, o Paço Arquiepiscopal de Braga alcançou o carácter cenográfico e monumental que hoje se lhe conhece e admira.

93. Antigo Paço Arquiepiscopal
e espaço público envolvente após
intervenção DGEMN



Corpo medieval
D. Gonçalo Pereira (1326-1348)
D. Fernando Guerra (1416-1467)

Corpo barroco
D. José de Bragança (1739-1756)

Corpo moderno
D. Diogo de Sousa (1505-1532)
D. Manuel de Sousa (1544-1549)
D. Frei Agostinho de Jesus (1590-1609)
D. Rodrigo Moura Teles (1704-1728)
D. José de Bragança (1739-1756)

Em 1973 o Paço Arquiepiscopal foi cedido à Universidade do Minho para sua instalação, nela incluindo a Biblioteca Pública e o Arquivo Distrital como unidades culturais. A Reitoria e Serviços também aqui se sediaram, ocupando plenamente o edifício e procedendo a obras de adaptação que, após o projeto inicial, foram sendo realizadas de forma avulsa, à medida das sucessivas exigências funcionais. Aparentemente, e apesar de terem sido executadas muitas subdivisões e redes infraestruturais, a integridade do edifício não terá sido mais comprometida do que já se encontrava à época da instalação da Universidade.

Pretende agora a Universidade do Minho, sistemática e estruturadamente, repensar o conjunto do antigo Paço Arquiepiscopal. Refletir sobre a sua organização espacial, tendo em vista os objectivos programáticos definidos pela Reitoria, constitui o cerne desta fase do Projeto de Arquitetura. Como suporte orientador, sabe-se que será indispensável restituir clareza à leitura do edifício na *longue durée*, tornando-o legível nas suas partes e no todo, acrescentar contemporaneidade à sua perceção espacial e adequação funcional aos usos previstos, delimitar territórios específicos e partilhados e estabelecer o diagrama da organização espacial relativa aos vários programas que irá albergar: Reitoria, Conselho Geral e Conselho de Curadores, Biblioteca Pública e Núcleo Expositivo.

III. Da proposta



Da proposta

Entendendo-se, do ponto de vista metodológico, como uma solução criticamente informada, discutida e consensualizada, o Programa Base para o Projeto de Requalificação da sede da Universidade do Minho | Antigo Paço Arquiepiscopal de Braga é o resultado de um processo de investigação concomitante com a construção da proposta de sistematização espacial, sucessivamente depurada.

Sempre acompanhado pela Reitoria e discutido pelos seus múltiplos intervenientes, foram também convocadas diferentes sensibilidades para o centro do debate. Esta trajetória — que se quis sempre aberta e participada — contou ainda, ao longo da sua elaboração, com diversas interações com as comunidades académica e civil, assim como com o poder político. Salientamos as apresentações formais do projeto ao Conselho Geral e à equipa reitoral, aos responsáveis pelas unidades culturais da Universidade, aos membros do Comité de *Fundraising*, a técnicos da Direção Regional de Cultura Norte e ao seu diretor, ao executivo da Câmara Municipal de Braga e, já em 2017, à secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e ao ministro da Cultura.

A concretização do Programa Base — profundamente imbricada com a definição e o estabelecimento do próprio Programa Preliminar — exigiu, como vimos, um conhecimento detalhado da história do edifício, dando continuidade ao estudo monográfico anteriormente realizado.

Tentando encontrar novos elementos desenhados que permitissem “espacializar” a informação textual aí constante, foi consultado o arquivo do Forte de Sacavém / Biblioteca do Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA). Verifica-se, no entanto, que esse acervo contém apenas um número escasso de registos do projeto de arquitetura elaborado DGEMN, desconhecendo-se a localização de todos os outros, que seriam de capital interesse para a evolução da atual proposta.



Esta lacuna veio sublinhar a imprescindibilidade quer de um levantamento rigoroso do conjunto, até à data inexistente, quer de um estudo de inspeção e diagnóstico sistemático, ambos informação obrigatória ao conhecimento do edifício e ao desenvolvimento de qualquer trabalho de requalificação. O levantamento foi entretanto concretizado (CE.EAUM, 2015), constituindo um extenso e pormenorizado documento que se traduz em desenhos gerais, na escala 1:200, e fichas dos espaços internos detalhadas, à escala 1:50, que incluem uma descrição exaustiva da totalidade dos compartimentos e especificam, nomeadamente, materiais de pavimentos, tetos e paredes. Esse levantamento não contemplou, no entanto, por ausência de meios para o executar, as coberturas — cuja situação estrutural, aliás, será indispensável verificar por especialistas. Para além das peças desenhadas,

o levantamento integra também a contextualização fotográfica exterior e interior. O Estudo de Inspeção e Diagnóstico, sob responsabilidade de Paulo Lourenço e José Sena Cruz, da Escola de Engenharia da Universidade, encontra-se em fase inicial.

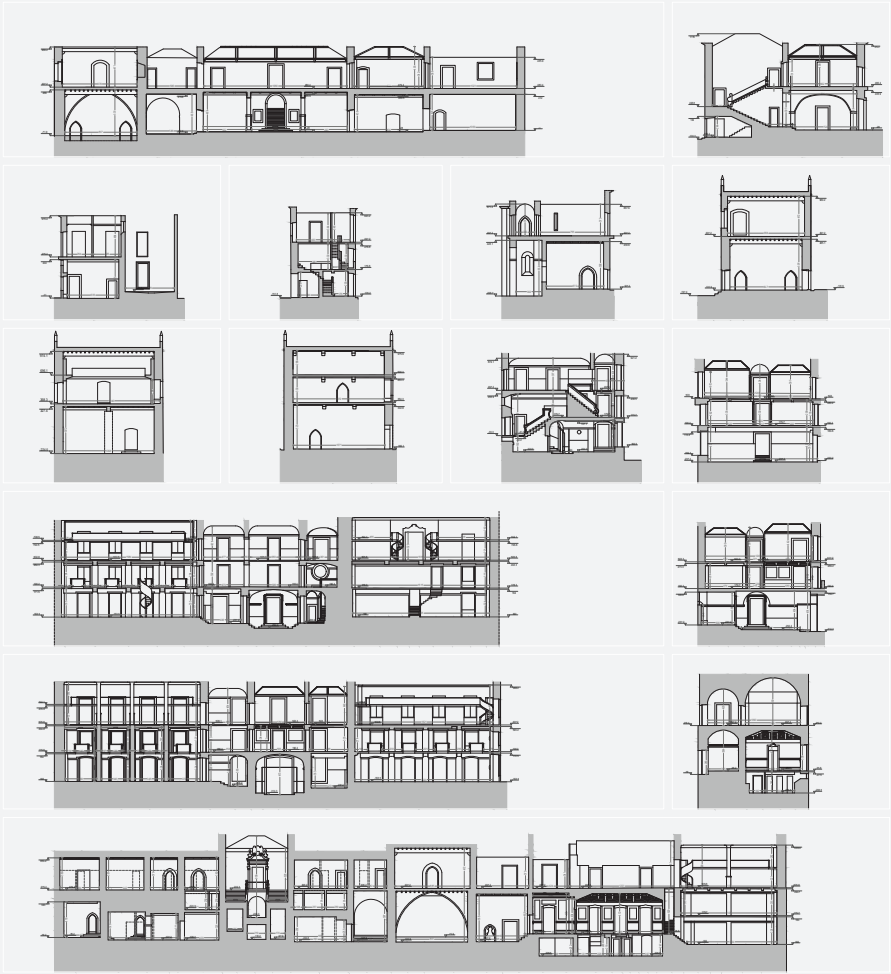
Importa salientar que a Universidade realizou muito recentemente uma obra de reabilitação de fachadas e caixilharias, tendo como objetivo obviar à crescente degradação do edifício e melhorar do seu conforto ambiental.

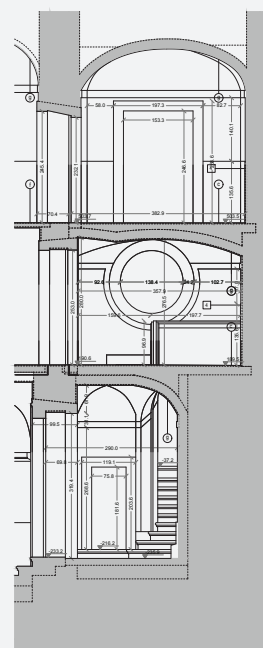
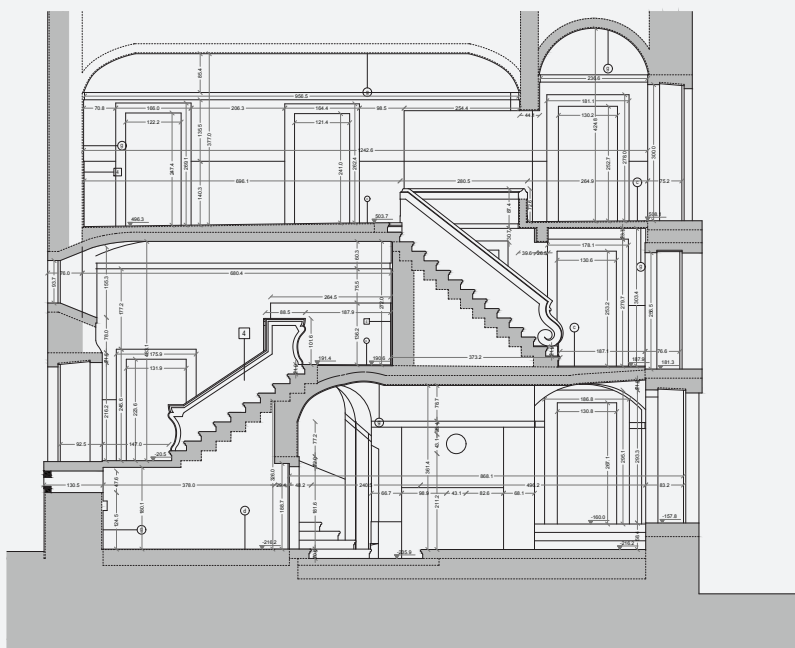
Sobre a história do conjunto arcebispal encontramos, para além dos já citados, outros estudos que também se focam na sua abordagem e contextualização e aos quais este Programa Base é devedor. Dessas publicações e textos destacamos ‘O Antigo Paço Arquiepiscopal de Braga’ (2011) de Maria do Carmo Franco Ribeiro, ‘Cultura na Universidade’ (2014) de Henrique Barreto Nunes, e ‘Breve notícia das obras realizadas pelo Arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles no Paço Arquiepiscopal’ (1992) de Maria Assunção Vasconcelos.

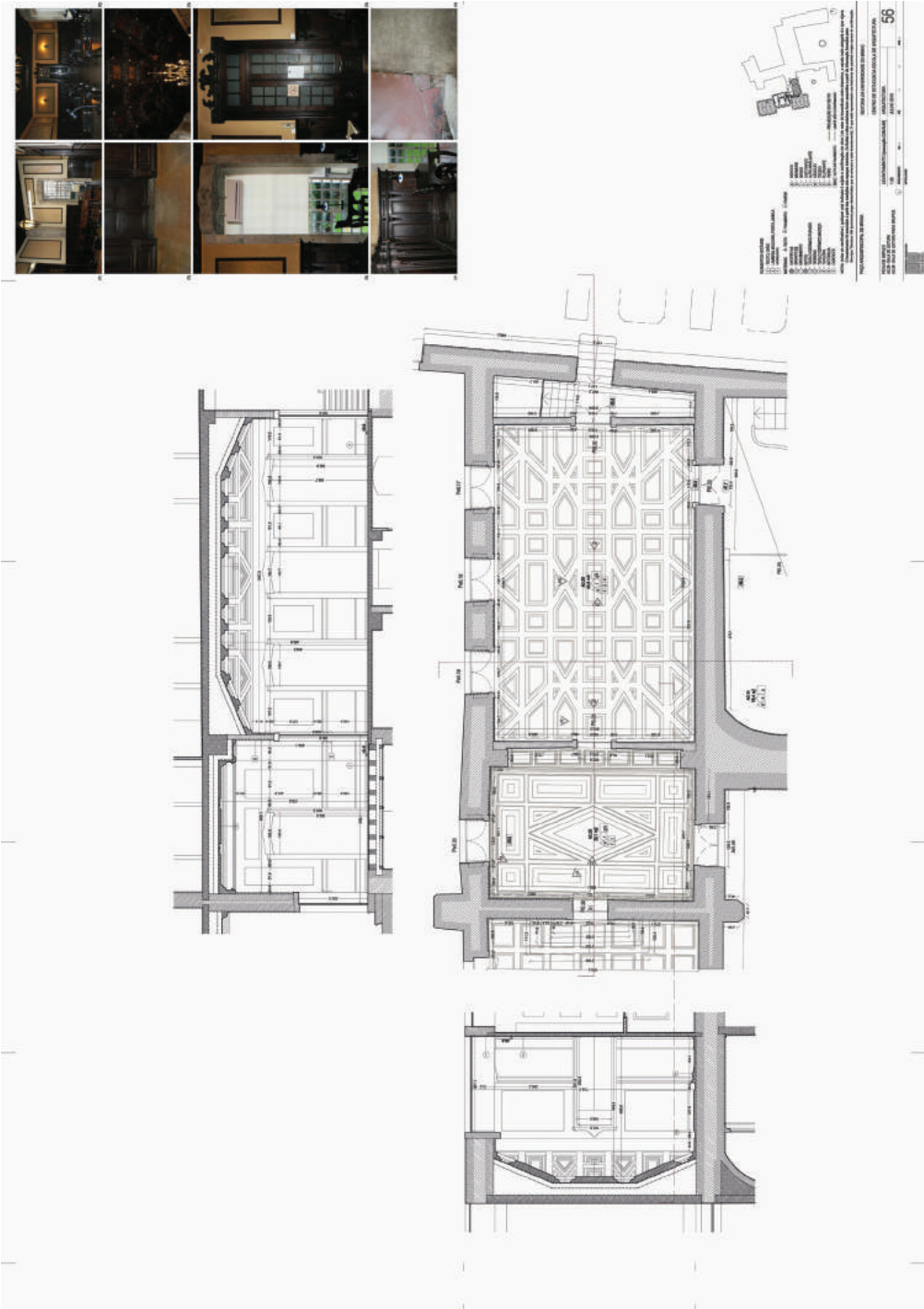
Relativamente a estudos arqueológicos, conhece-se aquele que a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho efetuou no pátio sul (com os resultados publicados nos *Cader-nos de Arqueologia*, em 1988). Considerando as lacunas que a história do Paço ainda apresenta, a extensão dos trabalhos arqueológicos a outros sectores revela-se fundamental.

Como já referido, a proposta de Programa Base agora apresentada foi construída, e sucessivamente revista e reajustada, em grande proximidade com os interlocutores responsáveis pelos distintos programas que coabita(va)m no Paço. A articulação, codependência e sobreposição entre algumas áreas desses sectores funcionais são evidentes e foram objeto de particular atenção, visando um resultado que reunisse os necessários consensos e compatibilizações espaciais.

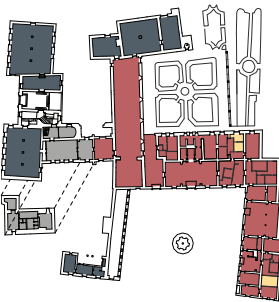
Do longo processo preparatório que um projeto com esta complexidade exige, destacamos as numerosas reuniões efetuadas para a adequação espacial do projeto e clarificação dos respetivos campos de interação e interseção, com os diretores da Biblioteca Pública de Braga e do Arquivo Distrital de Braga, e com a então equipa reitoral, nas pessoas do seu Reitor, António Cunha, Vice-reitor, Rui Vieira de Castro, e Pró-reitor, Paulo Ramísio.



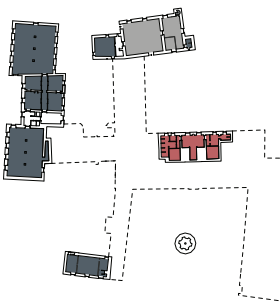




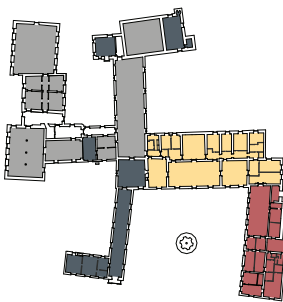
SITUAÇÃO ATUAL



PISO 0



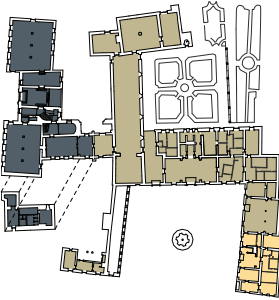
PISO 1



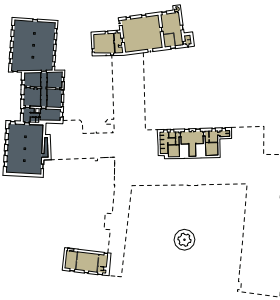
PISO 2

ÁREA ÚTIL	BIBLIOTECA	ARQUIVO	ESPAÇO PARTILHADO ARQUIVO/BIBLIOTECA	REITORIA	SERVIÇOS UM	TOTAL
PISO -1	-	98 m²	-	-	-	98m²
PISO 0	753 m²	131 m²	109 m²	37 m²	1280 m²	2310m²
PISO 1	545 m²	192 m²	56 m²	-	125 m²	919m²
PISO2	420 m²	987 m²	121 m²	581 m²	355 m²	2463m²
TOTAL	1718 m²	1408 m²	287 m²	618 m²	1759 m²	5790 m²

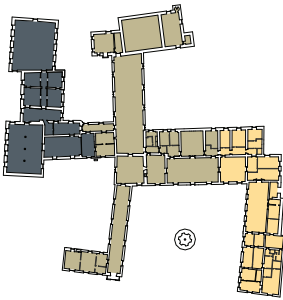
ORGANIZAÇÃO PROPOSTA



PISO 0



PISO 1



PISO 2

ÁREA ÚTIL	BIBLIOTECA	EP N.EXP/BIBLIOTECA	NÚCLEO EXPOSITIVO	EP N.EXP/REITORIA	REITORIA	CAFETERIA/ LOJA	TOTAL
PISO -1	98 m²	-	-	-	-	-	98m²
PISO 0	702 m²	-	611 m²	754 m²	199 m²	45 m²	2310m²
PISO 1	471 m²	130 m²	207 m²	39 m²	-	73 m²	919m²
PISO2	722 m²	159 m²	692 m²	203 m²	603 m²	83 m²	2463m²
TOTAL	1993 m²	289 m²	1510 m²	996 m²	802 m²	201 m²	5790 m²
DIFERENÇA	+275 m²				+184 m²		

100. Depósito, Paço D. José
101. Galeria Moura Teles
102. Torre medieval



Biblioteca

o Palácio D. José de Bragança

O Programa Base para a requalificação da Biblioteca Pública resulta da ponderação do respetivo Programa Preliminar fornecido pelo seu diretor, Elísio Maia Araújo, em 2015, e das reuniões com ele efetuadas — que contaram com a participação do atual Reitor, Rui Vieira de Castro, que acompanhou ativamente e em permanência o desenvolvimento dos trabalhos, e do diretor do Arquivo Distrital, António Sousa — em torno da sua interpretação e espacialização.

A Biblioteca Pública, instalada no edifício a partir dos anos 30 do século passado, alberga um vasto acervo bibliográfico e documental, de enorme qualidade. Em permanente crescimento, aí encontra uma condição paradoxal face à sua circunstância física, limitada à disponibilidade de um edifício também ele de inestimável valor patrimonial e, portanto, muito estritamente condicionado do ponto de vista da sua modificação e/ou ampliação.

Hoje em dia, com as instalações dispersas pelas alas barroca, moderna e medieval do edifício, muitas vezes não diretamente relacionadas entre si — e anteriormente intercaladas com as do Arquivo Distrital —, a BPB encontra-se em situação problemática de funcionamento quer em termos espaciais de organização interna e de atendimento público, quer sob o ponto de vista das condições ambientais exigíveis à adequada manutenção do seu espólio. Em situação especialmente crítica está o conjunto dos periódicos, destacando-se nessa fragilidade a secção dos jornais. Dispostos, na sua maioria, nas salas das torres medievais (4010 metros lineares), na Galeria Moura Teles (990 ml) e nos três pisos do pequeno edifício face à rua do Souto (1325 ml), os periódicos ocupam aproximadamente a área útil de 670m² e 6325 ml de estante.

A consulta de jornais representa agora cerca de 80% da frequência, sendo evidente que o prestigiado e raro espólio da

BPB poderá atrair um espectro de leitores significativamente mais alargado. Não oferece dúvidas que a investigação é uma valência prioritária na requalificação que se pretende levar a efeito, cumprindo um desígnio não apenas óbvio — pelo facto de esta biblioteca integrar a Universidade —, mas também plausível, uma vez que o seu funcionamento está articulado com a Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva, que integra a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas.

Urge, assim, repensar as condições físicas e ambientais das instalações tendo em atenção esse objetivo, o qual, naturalmente, deverá usufruir das extraordinárias qualidades espaciais do edifício.

Estamos, então, perante uma intervenção em que se destacam de imediato duas frentes (as quais, por sua vez, implicarão ações múltiplas e, necessariamente, concertadas) que se referem ao acondicionamento adequado do espólio e à criação de condições para a afirmação da BPB como biblioteca de investigação. Enquadrado por um edifício compósito, que se pretende não só clarificar como valorizar, o projeto fundamentar-se-á em decisões informadas por condicionantes e objetivos que na sua concretização espacial se poderão revelar contraditórias e de difícil hierarquização. O recurso à evolução arquitetónica do Paço será fulcral, evidentemente, para fundamentar opções.

Uma vez que o Programa se encontra genericamente definido, “coerência e qualidade espacial” e “quantidade de espólio” a albergar são os dois grandes temas a compatibilizar neste projeto. Confrontamo-nos com um edifício construído entre os séculos XVIII e XX, finito e compósito não só arquitetónica como funcionalmente, e com um acervo manifestamente excessivo para o espaço disponível. Face a este pressuposto, um dos principais reptos à requalificação da Biblioteca reside na solução para a sua sobrelotação, progressivamente acentuada pela sua condição de Depósito Legal.

Como veremos a seguir, de acordo com a proposta que aqui se apresenta, a área a afetar à Biblioteca será ampliada. Ainda assim, esse acréscimo não resolverá a acomodação de todo o acervo existente nas condições desejáveis. Por outro lado,

- 103. Catálogo e recepção, situação atual e espaço proposto
- 104. Sala de Leitura, situação atual e espaço proposto
- 105. Reservados, situação atual e espaço proposto

SITUAÇÃO ATUAL

ESPAÇO PROPOSTO



o núcleo expositivo integrará no seu circuito alguns dos depósitos atualmente afetos à Biblioteca, atendendo à importância arquitetônica dessas áreas e à sua indispensável valorização. De forma a mitigar a carência de espaço que esta decisão avoluma, prevê-se que, em casos particulares, como os da Galeria Moura Teles, das salas Manuel Monteiro, Carrington e arquivo notarial — a serem afetos ao núcleo expositivo —, as suas estantes perimetrais continuem a albergar espólio documental da Biblioteca. Adotando as necessárias medidas de segurança e salvaguarda, a qualidade espacial destas salas permitirá estimular novos usos de manifesto interesse para a reativação sociocultural e artística do edifício.

A qualidade arquitetônica e valor patrimonial de várias das salas dedicadas à Biblioteca sugerem que possam integrar, de forma condicionada, o circuito de visita que a abertura do edifício ao público consagrará. Toma-se como exemplo a sala do arquivo paroquial e os vestígios da capela palatina de D. José de Bragança, bem como os grandes depósitos da Biblioteca e suas galerias, a partir dos quais a sua história pode ser descrita e espacialmente sugerida.

O principal esforço do ponto de vista arquitetônico visa recuperar a integridade do *Palacio Archiepiscopal* de D. José, através de uma distribuição do programa da Biblioteca coerente com as características do espaço disponível, mas adaptada às exigências contemporâneas de consulta e investigação. Prevê-se assim, aproveitando também as salas notáveis entretanto desocupadas pela saída do Arquivo, melhorar significativamente as condições de utilização e a imagem da Biblioteca, propósitos primeiros da sua requalificação.

Atribuindo renovada dignidade aos espaços mais representativos, sugere-se a transferência do Catálogo e da Recepção para as anteriores salas de leitura do ADB, sob o seu excelsa teto barroco, da sala de Leitura para a sala do arquivo paroquial, uma das salas mais emblemáticas da intervenção DGEMN, e dos Reservados para a sala do Arcaz e sala Delfina Gomes. Propõe-se, também, a colocação de um elevador e monta-cargas na atual sala de Leitura da Biblioteca, uma opção fundamentada quer pela sua proximidade à Portaria,

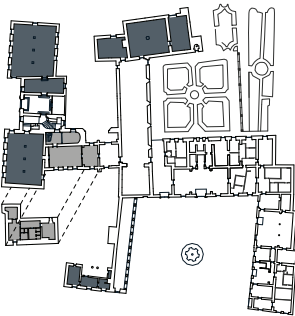
assegurando o acesso de pessoas com mobilidade condicionada à sala de Leitura, quer pela sua ligação ao pátio poente, facilitando a descarga da documentação chegada do exterior. Na contiguidade dos acessos verticais mecânicos encontra-se a área técnica para a higienização da documentação recebida, numa trajetória lógica com início nas zonas de tratamento.

Segundo esta proposta, à Biblioteca serão afetados 1993m² (podendo ainda contar, para além dos depósitos, com cerca de 950 ml de estantes distribuídos pelas salas Manuel Monteiro, Delfina Gomes, Arcaç, arquivo paroquial, arquivo das inquirições *De Genere* e arquivo notarial), o que representa um acréscimo de 275 m² em relação à sua atual situação.

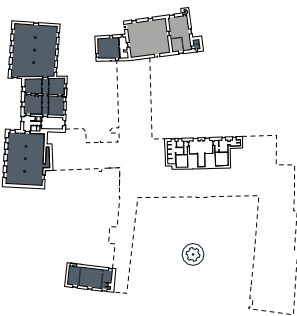
O permanente crescimento do acervo documental da Biblioteca não é compatível, no entanto, com as limitações de área que o edifício implica. Tendo em atenção essa óbvia escassez, para além das soluções a adotar desde já, julga-se que a criação de um depósito subterrâneo sob o pátio poente poderia ser considerada, caso os estudos arqueológico e geológico confirmassem a sua viabilidade. Esta hipótese permitiria uma ligação subterrânea fácil ao sector de tratamento técnico da documentação e, inclusive, seria simples de relacionar com um acesso motorizado a partir do espaço público. Perante a eventual inexistência de alternativas apropriadas, esta poder-se-á mostrar uma possibilidade interessante, face à inadequação da ampliação, à superfície, do palácio de D. José.

106. Organização espacial da Biblioteca,
situação atual e organização proposta

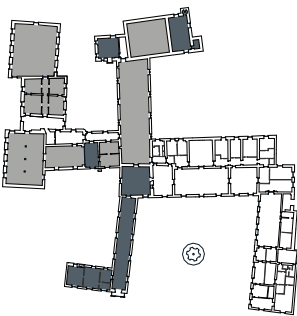
SITUAÇÃO ATUAL



PISO 0



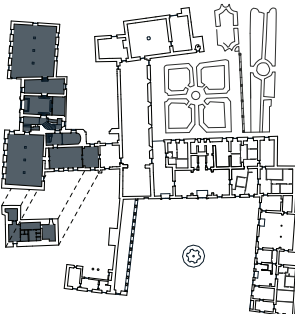
PISO 1



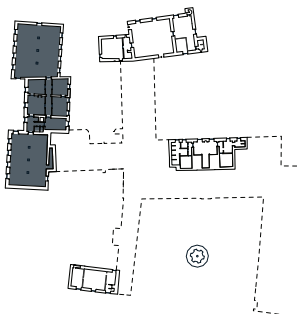
PISO 2

LOCALIZAÇÃO DOS DEPÓSITOS PERIÓDICOS (REVISTAS E JORNAIS)		ÁREA ÚTIL	METROS LINEARES DE DOCUMENTAÇÃO (ml)
PISO 0	B0.24 (131,1m²); B0.25 (61,7m²); B0.26 (53,4m²); B0.36 (8,5m²); B0.37 (15,3m²); B0.38 (20,8m²)	290,8 m²	
PISO 1	B1.03/B1.04/B1.20/B1.21 (72,5m²); B1.13 (40,9m²)	113,4 m²	
PISO 2	B2.28 (121,9m²); B2.29/B2.30/B2.31 (83,9m²); B2.46 (62,3m²)	268,1 m²	
TOTAL		672,3 m²	

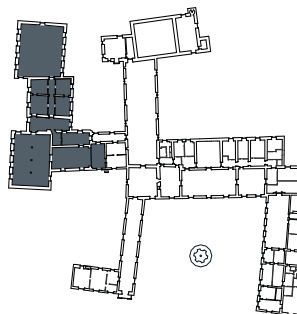
ORGANIZAÇÃO PROPOSTA



PISO 0



PISO 1

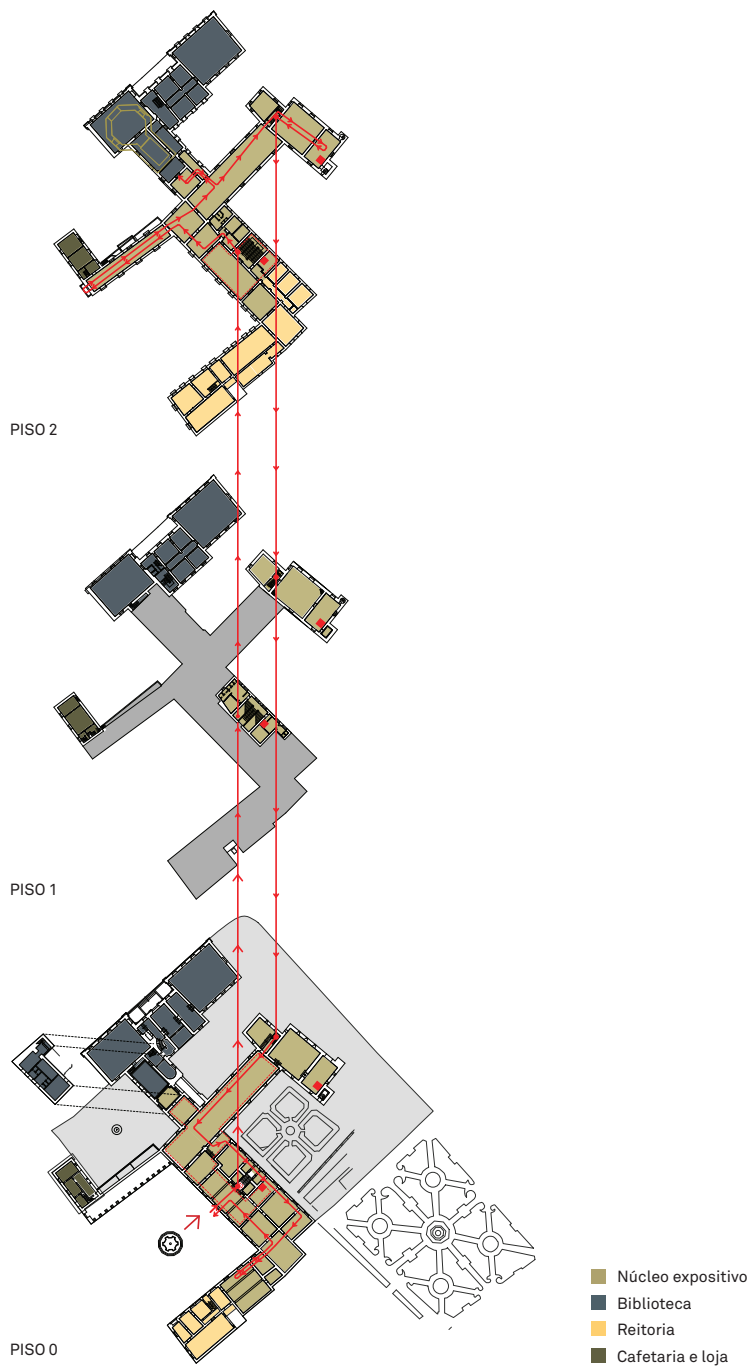


PISO 2

DESIGNAÇÃO DO DEPÓSITO	DESIGNAÇÃO CEEAUM	SITUAÇÃO ACTUAL		PROPOSTA	
		BPB	ADB	ESPAÇO DISPONÍVEL	A RECOLOCALIZAR
CORPO BARROCO - ALA NORTE PISO 0	B0.35	1454,57 ml		1454,57 ml	
CORPO BARROCO - ALA NORTE PISO 1	B1.12	710,57 ml		710,57 ml	
CORPO BARROCO - ALA SUL PISO 0	B0.31	1743,7 ml		1743,57 ml	
CORPO BARROCO - ALA SUL PISO 1	B1.05	625,1 ml		625,1 ml	
RESERVADOS	B1.08	104,2 ml		104,2 ml	
SALA DELFINA GOMES	B2.35	237,6 ml		237,6 ml	
SALA MANUEL MONTEIRO	B2.27	124,26 ml		124,26 ml	
GALERIA MOURA TELES	B2.28	992,26 ml			
CASA ANEXA À GALERIA MOURA TELES PISO 0	B0.36; B0.37; B0.38	491,37 ml			
CASA ANEXA À GALERIA MOURA TELES PISO 1	B1.03; B1.04	513,74 ml			
CASA ANEXA À GALERIA MOURA TELES PISO 2	B2.29; B2.30; B2.31; B2.53	319,31 ml			
TORRES MEDIEVAIS - JORNAIS	B0.24; B0.25; B0.26; B1.13	3490,63 ml			
TORRE MEDIEVAL - PISO 2	B2.46	518,75 ml			
SALA CARRINGTON	B2.44	152,6 ml		152,6 ml	
SALA DO "ARCAZ"	A2.36		127,5 ml	127,5 ml	
ARQUIVO PAROQUIAL	A2.38		831 ml	567 ml	
ARQUIVO DAS INQUIRIÇÕES DE GÉNERE	A2.43		1570 ml	1570 ml	
SALÃO MEDIEVAL SUPERIOR	A2.32		1666,9 ml		
ARQUIVO NOTARIAL	A2.45		866 ml	450 ml	
TORRE MEDIEVAL	A1.14		205 ml		
MICROFILMAGEM	A2.33; A2.24		30 ml		
TOTAL		11478,66	4296,4	7867,1	3608,6

6326,16 ml

108. Percurso de visita
do Núcleo Expositivo



Núcleo Expositivo

conhecer o edifício, compreender a sua história

Reconhecendo o Paço Arquiepiscopal na sua estratigrafia espaço-temporal, o circuito de visita pública, corroborado por um projeto expositivo a ser desenvolvido, necessariamente, a par com o de arquitetura, deverá contribuir para a compreensão da secular e complexa trajetória do edifício.

Tendo em consideração este objetivo, o percurso que aqui se indica prevê a abertura dos espaços mais caracterizadores da evolução histórica do conjunto, num encadeamento não exatamente cronológico, que articula e explica os períodos de campanha construtiva dos seus corpos: o medieval (sécs. XIV-XV), o moderno (sécs. XVI-XVIII), o barroco (séc. XVIII) e a intervenção novecentista do Estado Novo. Esta proposta, fortemente vinculada à investigação realizada, fundamenta-se na interpretação atual da história do Paço, procurando devolvê-lo aos visitantes como um documento íntegro e coerente, porém aberto a novos significados, disponível a ser lido, fruído e permanentemente estudado.

Na organização do Núcleo Expositivo está prevista a existência de alguns momentos em que os vários programas confluirão, partilhando espaços de elevado valor simbólico e patrimonial. Este é o caso do Salão Nobre e do Salão Medieval que, afetos à exposição, serão também utilizados para atos públicos e académicos, servindo, simultaneamente, a comunidade e a Universidade. Outro exemplo, já assinalado, é a possibilidade do atravessamento condicionado do catálogo (atuais salas de leitura do arquivo) e visita ao depósito da Biblioteca — percurso que, agora à cota do nível térreo, alude ao eixo central da antiga capela palatina. Neste propósito, não se esquece a sala Manuel Monteiro: embora ela se estabeleça como rótula entre o Salão Nobre, a Galeria Moura Teles e o Salão Medieval superior, tem uma qualidade espacial notável que a vocaciona como uma excelente hipótese para acontecimentos de carácter mais

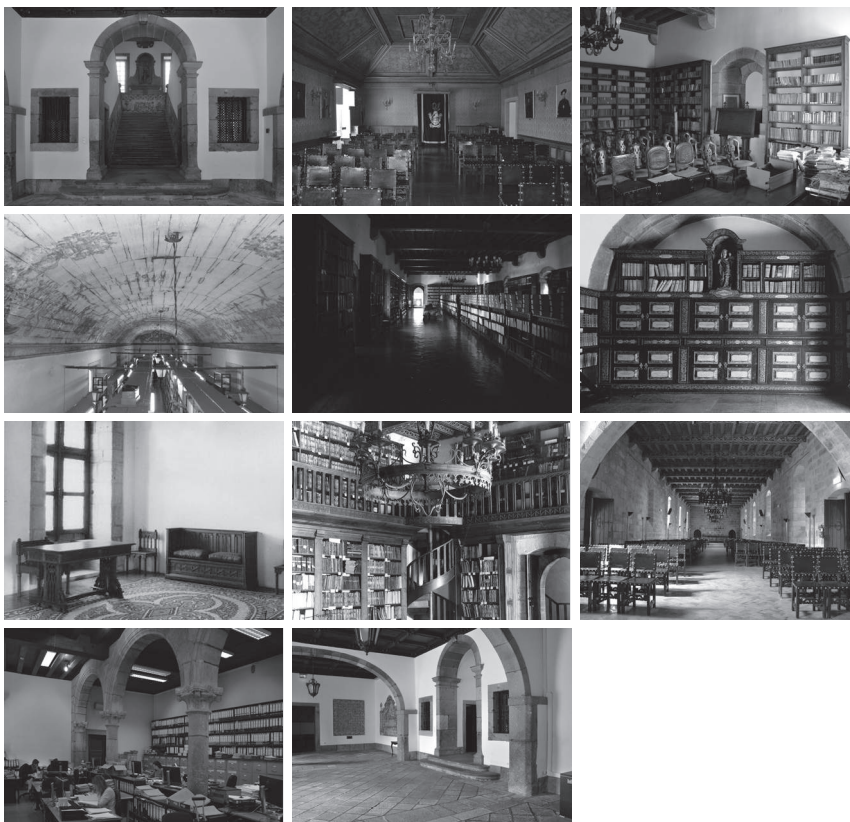
intimista. No mesmo sentido, também o espaço que aqui se propõe como futura sala do Arcaz, poderá acolher eventos académicos e artísticos próprios ao seu ambiente.

Sobre o percurso de visita, que se pretende linear e evitar o sobreposições, expõe-se, brevemente, o seu ritmo.

O trajeto inicia e termina na portaria do Paço (atual vestíbulo da Reitoria) (1), aspeto relevante não apenas do ponto de vista simbólico por usar aquele que tem sido o local da entrada institucional do edifício desde o século XVI, mas também sob o aspeto funcional, uma vez que permite o controlo simultâneo de ingressos e saídas. Junto, localizar-se-á um sector de apoio direto que incluirá a área de cacifos, baterias sanitárias e uma pequena loja.

Após a receção, propõe-se a subida ao primeiro andar através da escadaria monumental, obra de D. Rodrigo de Moura Teles; a visita ao Salão Nobre (2) e o restabelecimento da perceção do sentido longitudinal desta ala, através da abertura do enfiamento visual que a percorre. Caso se pretenda, existe a possibilidade de este sector ser aberto gratuitamente ao público e de colocar o a verificação dos bilhetes apenas a partir desta zona.

À passagem pela sala Manuel Monteiro (3), segue-se o percurso através da extensa e peculiar Galeria Moura Teles (4), aberta em toda a sua dimensão sobre o Largo de Paço e o pátio sul, até à varanda que a remata e se projeta sobre a rua do Souto e o tardo da Sé. Daqui se volta à sala Manuel Monteiro e acede ao Salão Medieval superior (5) e à sala do Arcaz (6). Esta última será exclusivamente dedicada ao móvel do séc. XVIII, que recolhia o cartório do Cabido bracarense e foi trazido para o Paço pela DGEMN, que num dos seus gestos decorativos o encastrou no arco que agora supomos pertencer ao oratório de D. José de Bragança. A recolocação que se pretende permitirá não só a valorização do Arcaz, como a reabertura do enfiamento do oratório de D. José sobre a sua antiga capela (através da pequena janela barroca e do arco) e a interação visual entre os programas Biblioteca e Núcleo Expositivo. Após o longo Salão Medieval superior, é possível visitar as três torres (7) em sequência, cruzando a sala do arquivo notarial (8), e, depois, descer a partir da torre de D. Gonçalo Pereira.



1 2 3
4 5 6
7 8 9
10 11

De novo no piso térreo, entrar-se-á no Salão Medieval (a partir do qual é possível aceder à visita da Biblioteca) (9), que será percorrido em direção à sua cabeceira. Segue-se o trajeto ao longo do pátio nascente, o “Claustro”, que também poderá ser visitado, até à sala que contém a arcaria quinhentista do antigo Tribunal da Relação Eclesiástica (10). Este espaço finaliza o circuito e a partir dele retomar-se-á a portaria (11). Por último, importa referir que através de dois elevadores estrategicamente colocados para vencer os desníveis principais — um contíguo à portaria, o outro, na torre de D. Gonçalo Pereira —, será possível o acesso a pessoas com mobilidade condicionada à quase totalidade dos espaços.

Ao núcleo expositivo serão afetados 1510 m², podendo ainda dispor de 996 m² em regime de partilha com a Reitoria e contar com 550 m², em visita condicionada à Biblioteca.

109. Antiga Casa do Provisor (corpo moderno) a afetar à Reitoria

110. Átrio de entrada, proposta
111. Sala de reuniões do Conselho Geral, proposta

Tribunal
eclesiástico

Casa do
Provisor

Casa do
Bispo auxiliar



Reitoria

a antiga Casa do Provisor

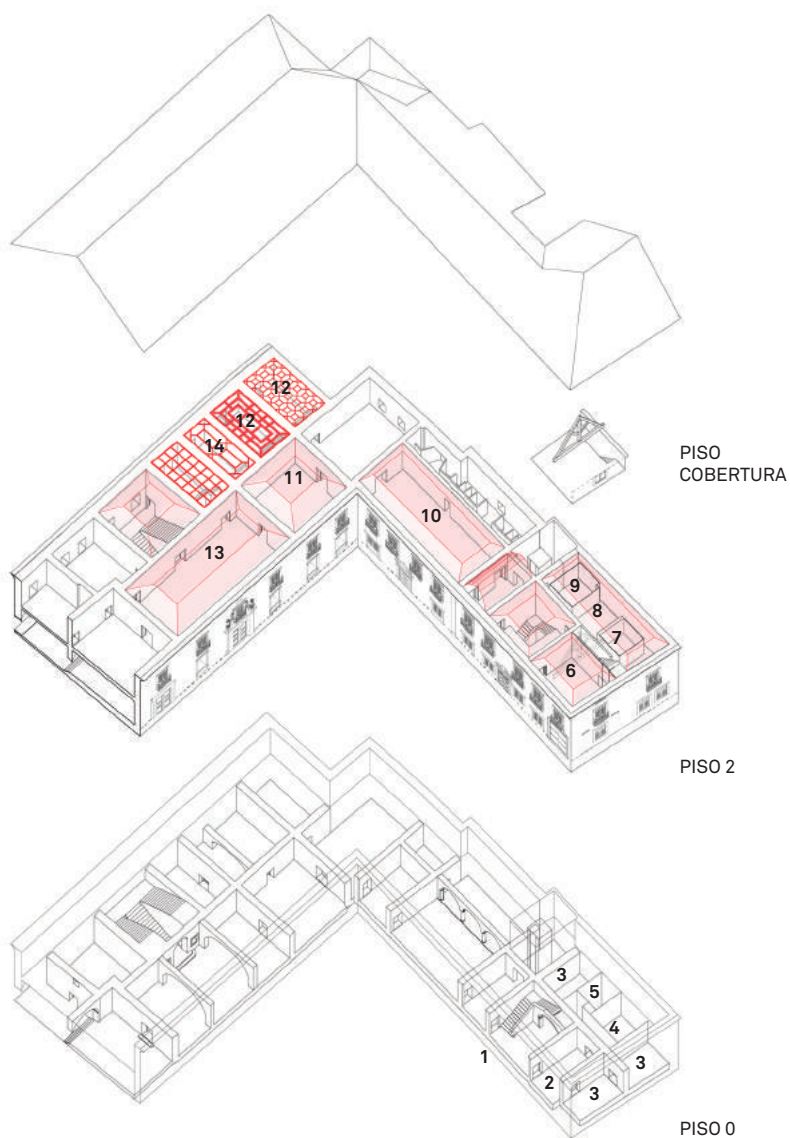
O Programa Base para este sector resulta da interpretação do respetivo Programa Preliminar fornecido, em 2015, pelo Reitor António Cunha, e dos ajustes decorrentes das várias reuniões que se seguiram.

Com o intuito de libertar para o núcleo expositivo a secção central do Paço onde se encontra atualmente instalada, e respeitando a identidade das parcelas que constituem o edifício, a Reitoria encontrou com naturalidade o seu posicionamento no topo da ala nascente voltada ao Largo do Paço. Na sua continuidade e na ala central (associando um sector que a Reitoria e os Conselhos já ocupam, a uma área onde agora se situam parte dos Serviços, em breve transferidos para o *Campus* de Gualtar) localizar-se-ão o Conselho Geral e o Conselho de Curadores.

No gaveto que confronta o Largo do Paço e a rua do Souto — ao qual se acede através de uma entrada autónoma — propõe-se a localização da Reitoria, que ocupará a antiga Casa do Provisor. O gabinete do Reitor situar-se-á no segundo piso, sobre o cunhal, dispondo do necessário sector de apoio. Em sala anexa — primeira casa foreira ao cabido bracarense e onde, a partir do séc. XVIII, passou a residir o bispo auxiliar —, será instalado o Secretariado do Reitor. Sobre este espaço oculta-se agora um teto em masseira de grandes dimensões que se pretende revelar, possibilitando — juntamente com a demolição das inúmeras divisões construídas ao sabor de solicitações funcionais — recuperar a leitura íntegra da sala.

O sistema de comunicações e área de apoio (gabinetes, uma sala comum, acesso vertical mecânico, circulação, instalações sanitárias) servem as salas representativas e protocolares que estão voltadas ao Largo do Paço. Deste grupo assina-lam-se, para além do já referido gabinete do Reitor, a sala de

112. Axonometria do espaço
a afetar à Reitoria e Conselhos Geral
e de Curadores



1. Acesso Reitoria
2. Secretaria
3. Gabinetes
4. Sala de reuniões
5. Instalações sanitárias
6. Gabinete Reitor
7. Chefe de gabinete Reitor
8. Sala de espera
9. Secretaria Reitor
10. Sala de reuniões do Conselho Geral (CG)
11. Sala de reuniões do Conselho de Curadores (CC)
12. Gabinete CG ou CC
13. Salão Nobre
14. Sala de apoio Salão Nobre

reuniões do Conselho Geral e a sala de reuniões do Conselho de Curadores — todas localizadas no piso 2.

No piso térreo — por onde se efetuará o acesso e receção à Reitoria — prevê-se situar a Secretaria e um conjunto de 3 gabinetes reservados à equipa reitoral, que será servido por uma sala de reuniões. Esta ação exige a adaptação do espaço existente, que passará pela sua recompartimentação, garantindo, nomeadamente, luz natural nas áreas de trabalho. A execução deste sector deverá ser assegurada através de sistemas construtivos não intrusivos, que salvaguardam a sua reversibilidade. Este princípio assume-se aliás, sem reservas, como metodologia genericamente adotada para o conjunto de operações a realizar no Paço.

O teto de masseira que cobre a escada principal terá a sua visibilidade desobstruída pela demolição de um conjunto de gabinetes, recentes, que fraturam a sua leitura. Na relação entre os dois níveis também se propõe a abertura de um vão central, que permitirá pé-direito duplo a um sector do átrio da Reitoria. A circulação vertical mecânica ocupará o atual saguão permitindo o acesso a todos os espaços da Reitoria, designadamente a pessoas com mobilidade condicionada.

No que respeita às salas de contacto entre a Reitoria e o Núcleo Expositivo, o Salão Nobre e a atual sala de reuniões da Reitoria e Conselhos, sugere-se que sejam utilizadas por ambos os programas, reforçando a lógica de ampliar a versatilidade e a complementaridade dos espaços.

Ao conjunto Reitoria, Conselho Geral e Conselho de Curadores, serão afetados 802 m² (e 996 m² em regime de partilha com o núcleo expositivo), o que representa um aumento de 184 m² em relação à sua atual situação.

À semelhança do que se verifica na Biblioteca e no Núcleo Expositivo, esta proposta, baseada no reconhecimento da qualidade própria a cada um dos ambientes e no entendimento da sua vocação, pretende reabilitar espacialidades e a história do edifício, interpretando memórias e significados, muitos dos quais entretanto desvanecidos.

113. Casas de D. José de Bragança e
Galaria Moura Teles, corte e fachada



Acesso proposto
à cafeteria e loja

Cafetaria e loja

as casas citadinas

Os três programas basilares que orientam o projeto são acompanhados por um outro que, embora autónomo, os complementará: na casa anexa à Galeria Moura Teles propõe-se a criação de um pequeno espaço destinado a loja(s) da Universidade. Este corpo, uma das últimas ampliações do Paço por D. José de Bragança (que em 1741 comprou algumas casas voltadas ao Largo D. João Peculiar), tem posição privilegiada na rua do Souto e a sua porta encontra-se no enfiamento da rua Nossa Senhora do Leite, que conduz ao rossio da Sé. Possibilita, também, a passagem ao pátio sul (antigo jardim de D. Diogo de Sousa), ao Salão Medieval e, deste, ao “Claustro”, revelando porosidades e articulações deveras interessantes, que curto-circuitam lógicas e fronteiras contemporâneas e acrescentam hipóteses de uso ao edifício. Conferindo ao esquecido pátio sul uma vocação pública, intensifica-se o propósito de abertura do Paço à comunidade. De igual forma, é realçada a polivalência destes espaços, abrindo novas perspectivas de fruição urbana ao conjunto arquiépiscopal.

114. Largo do Paço
115. Pátio sul

116. Pátio nascente
117. Pátio poente



Espaços exteriores

os claustros do Paço

Tema transversal ao estudo efetuado sobre o edifício, os espaços exteriores envolvidos pelas diversas alas do conjunto assumem-se como dispositivos essenciais para a sua orgânica e crescimento ao longo dos séculos. Poder-nos-íamos referir a eles como “claustros”, assim aparecendo descritos por D. Rodrigo de Moura Teles, valorizados que eram pelo programa que albergavam e pela importância com que surgem representados nas cartografias conhecidas. Acresce que são, também, elementos preponderantes na articulação do Paço com a cidade. Deste conjunto de espaços, todos eles com características diversas, destaca-se, naturalmente, o Largo do Paço que, adossado e aberto sobre a rua do Souto, desde a sua conformação foi a plataforma pública de mediação urbana e representação simbólica do poder e prestígio arcebispal. Ainda hoje, pela sua história e configuração estética, é reconhecido como um dos mais distintos lugares da cidade. Com a abertura do Núcleo Expositivo, esta sua vocação ver-se-á francamente intensificada.

Os outros três espaços, a que aqui chamaremos pátios, já sem acesso público direto, têm hoje em dia uma utilização muito reduzida, nomeadamente enquanto zona de estar. Esta será uma circunstância certamente a rever, tendo em atenção o seu ambiente específico e situação no conjunto.

De facto, os atributos próprios poderão ser amplificados, encontrando relações diferenciadas e complementares, favoráveis a outros usos. Se o pátio nascente — que após a reabilitação DGEMN voltou a ser conhecido como “o Claustro” — será sempre um espaço de grande formalidade e representação, preponderante no enquadramento visual do Paço a partir do Jardim de Santa Bárbara, já a interioridade do pátio sul poderá encontrar uma vocação relacionada com a loja/cafetaria e, até, com a Biblioteca. E ao ter uma relação quase direta com o



Salão Medieval ser-lhe-á fácil, inclusive, apoiar os frequentes eventos que aí se realizam. Potenciando este novo olhar sobre o antigo jardim de D. Diogo de Sousa, sugere-se a reabertura de um vão na parede localizada sob a *Galaria*, que o divide do Largo do Paço, permitindo restituir visualmente uma passagem que terá existido no tempo de D. Rodrigo de Moura Teles de acesso à sua *capella publica*. Perante o reconhecimento do seu significado histórico, será relevante encontrar um nome que designe este espaço, hoje tão esquecido.

O pátio poente, junto com a área que lhe é adjacente, corresponde hoje em dia à zona de estacionamento automóvel da Reitoria. O seu destino deverá ser tema de reflexão atenta, uma vez que parece excessivo consumir desta forma uma superfície tão valiosa. Nessa perspetiva tem-se vindo a colocar a hipótese de construção de um parque de estacionamento subterrâneo, que poderá aproveitar a diferença de cota existente entre o pátio poente e a Praça do Município, a partir de onde se lhe acede. Esta solução, para além de libertar o nível superior para usufruto pedonal e extensão das atividades do edifício, poderia também fornecer apoio logístico à eventual criação (conforme acima sugerido) de um depósito subterrâneo para extensão da Biblioteca.

O Programa e sistematização destes espaços exteriores, a formalizar através de um projeto de Arquitetura Paisagista, deverão merecer especial atenção e ser estudados de forma integrada nas suas múltiplas inter-relações, considerando as futuras possibilidades de desenvolvimento que se anteveem para o Paço.

IV. Para a execução do projeto geral

Estudos necessários e constituição da equipa de projeto

A elaboração de um projeto geral desta natureza exige a constituição de uma equipa multidisciplinar e a execução de estudos prévios. A equipa deverá contar com consultorias nas áreas da História, da Conservação e Restauro, do Livro Antigo, e integrar as seguintes especialidades: a) Arquitetura (projeto de arquitetura e coordenação); b) Design (projeto de museologia); c) Engenharia (estabilidade, redes de abastecimento de água e saneamento, instalações elétricas, equipamentos mecânicos, acústica e segurança).

À elaboração do projeto são indispensáveis os seguintes estudos: a) monografia histórica (realizada); b) levantamento do edifício (realizado); d) levantamento do telhado e coberturas (a realizar); c) inspeção e diagnóstico do edifício (a realizar); d) prospeção arqueológica (parcialmente realizada).

Será fundamental proceder à definição conceptual do programa museológico, ao levantamento do espólio existente na biblioteca e no arquivo e à seleção das peças para a exposição permanente. Este trabalho tem urgência em ser efetuado, pois deles estão dependentes decisões de natureza técnica e espacial e a elaboração da próxima fase do projeto precisa já contar com essa informação.

O projeto será desenvolvido nas seguintes fases: Programa Preliminar — definido (exceto para o programa museológico, ainda em concretização); Programa Base (estabilizado, segundo a proposta que aqui se apresenta); Estudo Prévio, Anteprojeto e Projeto de Execução (a realizar). A calendarização dependerá do ritmo que for definido para o processo.

Faseamento para execução de obras e ocupação do edifício

A reorganização dos programas relativos à Biblioteca e à Reitoria, assim como a instalação do Núcleo Expositivo, implica um faseamento de obras programado com rigor. A saída do Arquivo permite avançar com as obras de requalificação da Biblioteca Pública e do espaço dedicado à loja/cafetaria. De seguida poderá ocorrer a deslocação dos serviços, de forma a permitir a reinstalação da Reitoria.

Só após estes trabalhos será possível instalar o Núcleo Expositivo, encerrando o ciclo do Projeto de Requalificação da sede da Universidade do Minho e cumprindo um dos seus objetivos primordiais, o de *abrir* o Paço à Cidade.

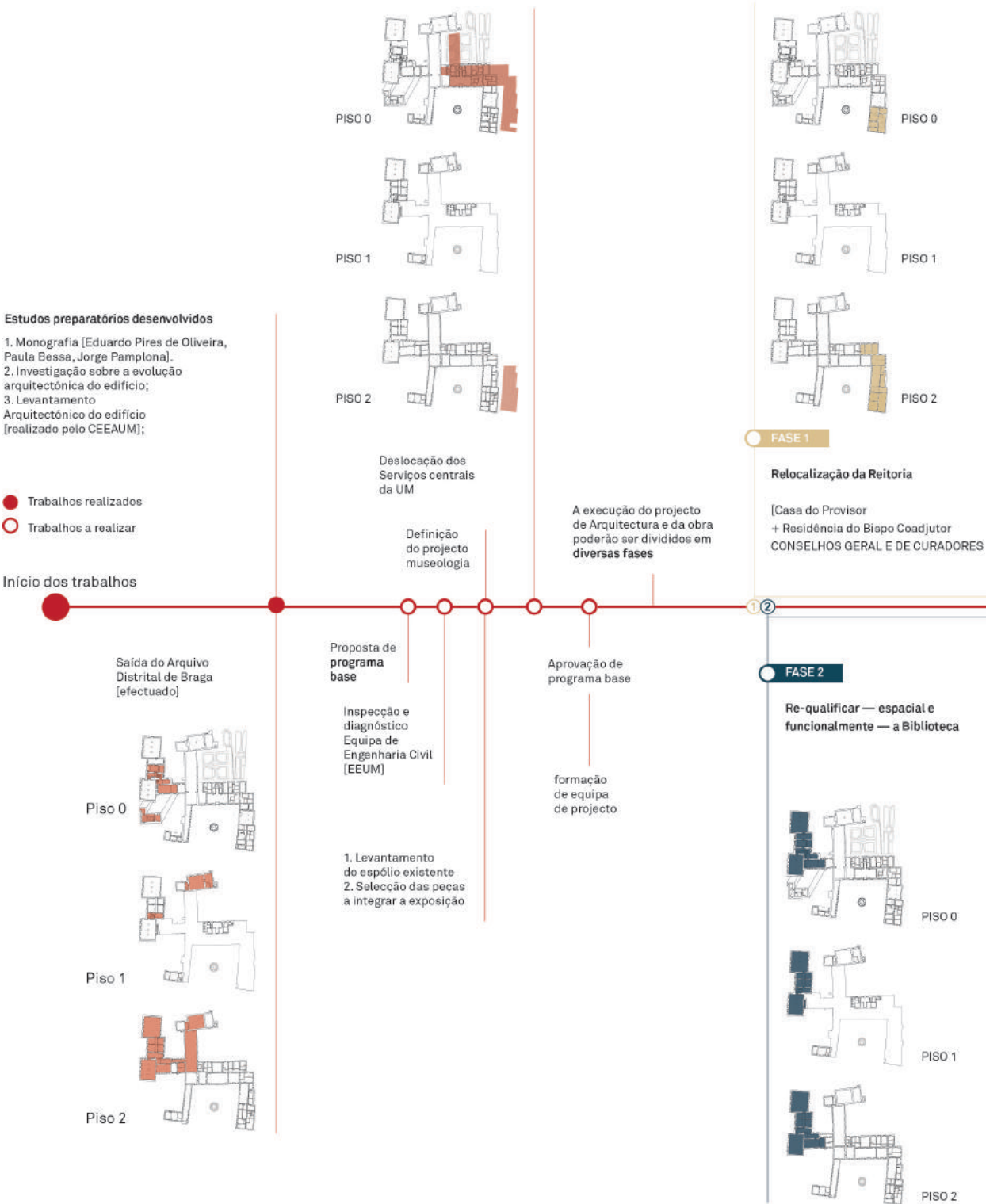
O Programa Base aqui descrito e justificado percorre os temas necessários à explicitação do diagrama conceptual e funcional do Projeto de Requalificação da sede da Universidade do Minho.

Constituindo parte intrínseca da proposta arquitetónica, procurou a sua justificação no estudo, reconhecimento e interpretação crítica do monumento. Defendendo uma intervenção silenciosa, assume, contudo, ruturas indispensáveis quando julgadas necessárias à leitura do edifício na *longue durée* e à afirmação da sua contemporaneidade. As operações a empreender, que se pretendem reduzidas ao essencial, serão auxiliares indispensáveis à clarificação e valorização da natureza específica dos espaços e do edifício como um todo, e à harmoniosa relação entre o Paço e o extenso programa que ele irá acolher.

Assumindo os critérios decorrentes das orientações internacionais sobre a conservação de imóveis e conjuntos monumentais, procurou, em especial, que edifício e programa(s) se valorizassem reciprocamente, no reconhecimento e respeito pelas condições específicas e virtualidades próprias a cada um.

À medida que o processo de projeto-desenho-investigação prosseguir, outras perceções o virão enriquecer, tornando mais denso o suporte que fundamenta a metamorfose do conjunto arquitetónico. Contribuindo para um futuro que acompanhe o seu tempo, assim se acrescentará uma nova camada à magnífica história do antigo Paço Arquiepiscopal de Braga.

119. Cronograma para o Projeto de Requalificação da sede da Universidade do Minho | Antigo Paço Arquiepiscopal de Braga





PISO 0

FASE 4

Arranjos exteriores



PISO 0



PISO 1



PISO 2

FASE 5

Cafetaria/loja

FASE 3

Abertura do edifício à visita pública
Núcleo expositivo



PISO 0



PISO 1



PISO 2



PISO 0



PISO 1



PISO 2

- Biblioteca
- Reitoria
- Núcleo expositivo
- Espaços exteriores
- Cafetaria/loja
- Espaços partilhados

Bibliografia

Atanásio, Manuel Mendes e Henrique Barreto Nunes . 1980. *Conjunto Architectónico do Largo do Paço – obras de adaptação, 1974-1975*. Braga: Universidade do Minho.

Bandeira, Miguel Sopas de Melo. 1994. «Uma panorâmica seiscentista de Braga». *Forum*, nº15-16 (jan-jun): 25-36.

Bandeira, Miguel Sopas de Melo. 2000. *O espaço urbano de Braga em Meados do Século XVIII*. Porto: Edições de Afrontamento.

Bandeira, Miguel Sopas de Melo. 2011. «A complexa relação entre as primeiras operações cadastrais e a cartografia urbana de meados do século XVIII: desde o caso do Mappa das Ruas de Braga de 1750». In *Anais do 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica – passado presente nos velhos mapas: conhecimento e poder*. Paraty, 1-15.

Belino, Albano. 1900. *Archeologia Christã. Descrição histórica de todas as igrejas, capellas, oratórios, cruzeiros e outros monumentos de Braga e Guimarães. Publicação comemorativa do Jubileu Universal do Ano Santo*. Lisboa: Empreza da História de Portugal-Sociedade editora.

Bessa, Paula. 2013. «O ‘Paço’: Os Paços arcebispaes de Braga desde o período tardo-medieval e até finais do século XV», *Repositorium* — Repositório Digital da Universidade do Minho, <http://hdl.handle.net/1822/34437>.

Capela, José Viriato. 2003. *As Freguesias do Distrito de Braga nas memórias paroquiais de 1758: a construção do imaginário minhoto setecentista*. Braga: Barbosa e Xavier Artes Gráficas.

Lemos, Francisco Sande, Manuela Delgado e Manuela Martins. 1988. «Sondagens arqueológicas no Largo do Paço». *Cadernos de Arqueologia*, s.2, n.º 5: 67-76.

Milheiros, Maria Manuela de Campos. 1997. «Braga: a cidade e a festa no século XVIII», v.1-3. Tese de Doutoramento, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

Milheiros, Maria Manuela de Campos. 2003. *Braga: a cidade e a festa no século XVIII*. Guimarães: Núcleo de Estudos de População e Sociedade – Coleção Monografias 14.

Ferreira, Fátima Moura (coord.), Henrique Barreto Nunes, Márcia Oliveira, Maria Manuel Oliveira, Rita Ribeiro. 2014. *História da Universidade do Minho 1973/1974-2014*. Braga: Universidade do Minho-Fundação Carlos Lloyd Braga.

Nunes, Henrique Barreto. 1994. «Uma Imagem Inédita de Braga no Século XVII». *Forum*, nº15-16 (jan-jun): 21-23.

Nunes, Henrique Barreto. 2014. «Cultura na Universidade». In *História da Universidade do Minho 1973/1974-2014*, coord. Fátima Moura Ferreira. Braga: Universidade do Minho – Fundação Carlos Lloyd Braga, 343-394.

- Nunes, Henrique Barreto e Eduardo Pires de Oliveira. 1997. «Monumentos notáveis de Braga em 1882». *Mínia*, série III, nº. 5: 3-44;
- Oliveira, Eduardo Pires de. 1994. «Um Novo Mapa de Braga de Finais do Século XVII». *Forum*, nº15-16 (jan-jun): 37-53.
- Oliveira, Eduardo Pires de. 2010-2012. «André Soares. Uma sensibilidade entre o Barroco e o Rococó (1746-1769)». *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*: 127-148.
- Oliveira, Eduardo Pires de. 2013. *O Paço Arquiepiscopal de Braga*. s.l.: s.n [texto policopiado]
- Oliveira, Eduardo Pires de. 2014/2015. «A Galeria do Antigo Paço Arquiepiscopal e os livros». *Forum*, nº49-50: 109-122.
- Pamplona, Jorge. *As pedras aplicadas na construção e restauro do edifício do Antigo Paço Arquiepiscopal de Braga*. . s.l.: s.n [texto policopiado].
- Peixoto, Inácio José. 1992. *Memórias particulares de Inácio José Peixoto: Braga e Portugal na Europa do século XVIII*. 1º ed. Braga. Arquivo Distrital - Universidade do Minho.
- Pessoa, D. João Crisóstomo de Amorim. «Foi tirado aos Prelados de Braga a melhor parte do seu Paço. Representação que o arcebispo D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa enviou ao rei em 22 de Agosto de 1877» *apud* Soares, Franquelim Neiva. 1990. *D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa, arcebispo de Braga (1810-1888). Documentos para a sua biografia no I Centenário da sua morte*. Cantanhede: Santa Casa da Misericórdia.
- Portocarrero, Gustavo. 2010. «Braga na Idade Moderna: paisagem e identidade» *Arkeos: perspectivas em diálogo* [revista do Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo], nº 27: 11-116.
- Ribeiro, Maria do Carmo Franco. 2011. *O Antigo Paço Arquiepiscopal de Braga*. Coleção Sítios com História. Braga: Universidade do Minho.
- Rocha, Manuel Joaquim Moreira da. 1996. *Manuel Fernandes da Silva: Mestre e Arquitecto de Braga 1693/1751*. Porto: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão.
- Vasconcelos, Maria Assunção Jácome de (coord. e introd.), e Sérgio Machado dos Santos (apres.). 1989-91. *Mapa das Ruas de Braga*, 2 volumes. Braga: Arquivo Distrital de Braga, Universidade do Minho e Companhia IBM Portuguesa.
- Vasconcelos, Maria da Assunção Jácome de. 1992. «Breve notícia das obras realizadas pelo Arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles no Paço Arquiepiscopal». *Forum*, nº11 (jan): 3-8.
- Vasconcelos, Maria da Assunção Jácome de. 2008. *O arquivo e a cidade: páginas da história bracarense*. Braga: Arquivo Distrital de Braga - Universidade do Minho.

Posfácio

António M. Cunha,
Reitor da Universidade do Minho
(2009-2017)

No centro histórico de Braga destacam-se dois importantes complexos monumentais, a Sé e o antigo Paço Arquiepiscopal, onde o peso da história revela as marcas do tempo e de tempos que marcaram a Cidade e o País.

Desde 1974 que o Paço (designação curta para o conjunto arquitetónico do Largo do Paço) é uma ponte entre o passado e a modernidade trazida pela Universidade do Minho (UMinho), tendo o simbolismo de espaço unificador de uma Instituição assumidamente multipolar, com presença em vários locais da Região.

De facto, o Paço é um lugar simbólico de poder, enquanto Casa dos Senhores de Braga entre os séculos XIV e XIX; de cultura, enquanto biblioteca pública e arquivo histórico-documental, desde os anos 30 do século XX; e de saber, enquanto Reitoria da UMinho, desde a sua fundação.

Este conjunto arquitetónico está estruturado morfológicamente por três corpos: o medieval (sécs. XIV-XV), o moderno (sécs. XVI-XVIII) e o barroco (séc. XVIII); e funcionalmente por três valências: a Reitoria e Serviços da UMinho; a Biblioteca Pública de Braga (BPB); o Arquivo Distrital de Braga (ADB). De facto, esta era a situação em 2009, resultante da profunda intervenção do Estado Novo nesse complexo nos anos 30 e 40 do século XX, adaptando-o para acolher os referidos Arquivo e Biblioteca, bem como da subsequente instalação da UMinho, processo no âmbito do qual a BPB e o ADB foram integrados nessa emergente Instituição em 1975/76 e, a partir de 1982, com o estatuto de unidades culturais da Universidade.

No entanto, nesse 2009 em que se verificou uma mudança de ciclo na Reitoria da Universidade, o Paço, como muitas vezes aconteceu ao longo da sua história, confrontava-se com desafios de ordem física e operacional. O grande complexo era pequeno para tudo que alojava, os seus majestosos edifícios não tinham funcionalidades adequadas às atividades nele desenvolvidas e a sua beleza arquitetónica era comprometida por fachadas sujas e deterioradas, janelas e portas degradadas, bem como por infiltrações e outras patologias de diversa natureza.

Acresce que, devido a diversas questões, incluindo as financeiras, a UMinho considerava a desvinculação da gestão e manutenção do ADB, com consequente devolução à Direção-Geral de Arquivos. A situação do Arquivo era crítica, não tinha diretor e estava muito atrasado no processo de digitalização do seu espólio documental, depositado em espaços totalmente saturados e sem controlo ambiental adequado.

Para além de tudo isto, aquele conjunto arquitetónico, de reconhecido valor histórico e patrimonial, com uma centralidade única na Cidade, exigia uma maior fruição pela Comunidade e uma afirmação como espaço cultural de referência, em paralelo com a função simbólica de sede da UMinho e de local para atos académicos protocolares.

Foi neste contexto que a equipa reitoral que teve o privilégio de coordenar desenvolveu um extenso conjunto de contactos externos e internos e desenhou uma estratégia de intervenção e reabilitação daquele Conjunto Arquitetónico, bem como das unidades culturais ali sediadas. Essa estratégia foi estruturada em torno das iniciativas seguintes:

a) assunção do ADB como unidade orgânica da UMinho e reforço sua dinâmica de funcionamento; com abertura de concurso para um diretor e significativo investimento na digitalização dos fundos documentais;

b) desenvolvimento de um plano tendente à construção ou reabilitação de novas instalações para o ADB; que acabaria de ser consumado com uma profunda intervenção num edifício da Universidade situado na Rua Abade da Loureira, em Braga, com instalações modernas e adequadas às atividades do Arquivo, em termos de tratamento e preservação dos seus fundos, bem como de atendimento para utilizadores, num investimento total de cerca de cinco milhões de euros que foi inaugurado em 28 de abril de 2017;

c) restauro de documentos singulares do ADB; nomeadamente o *Liber Fidei*, o que foi realizado entre 2016 e 2017;

d) intervenção na reabilitação do exterior (fachadas e vãos) dos edifícios de todo o conjunto arquitetónico; o que foi realizado entre 2015 e 2016, correspondendo a um investimento de um milhão de euros;

e) reabilitação do jardim nascente (*ex-libris* da Cidade, contíguo do Jardim de Santa Bárbara), devolvendo o esplendor a um espaço nobre cuja manutenção tinha sido descontinuada pela Câmara Municipal de Braga em 2012;

f) mudança dos Serviços Administrativos da Universidade para o Campus de Gualtar; o que viria a ser concretizado com a recuperação do edifício 10, até então adstrito aos Serviços Técnicos, através de investimento em obras de adaptação e equipamentos de cerca de seiscentos mil euros e que entrou em funcionamento em setembro de 2018.

g) consolidação e arranjo dos espaços da BPB; o que foi possibilitado pela libertação de várias salas afetas, até 2017, ao ADB;

h) deslocação para o Campus de Gualtar de parte da equipa rei-

toral; o que foi sendo realizado desde 2010 e que envolveu a adaptação de espaços para o efeito no edifício 2 - Complexo Pedagógico II;

i) manutenção do Paço como lugar simbólico da Universidade, acolhendo o Gabinete do Reitor e seus Serviços de Apoio, bem como as instalações para os Conselhos Geral e de Curadores;

j) adaptação do complexo a uma infraestrutura cultural com espaços para galerias e musealização.

Para a concretização das iniciativas i) e j) foram desenvolvidas diversas ações tendentes ao conhecimento detalhado daquele conjunto edificado e ao projeto de arquitetura para a sua adaptação a esta nova vocação.

Neste contexto, foram elaborados estudos sobre a sua história, com identificação das suas diferentes funções, intervenções e momentos marcantes, como o do trágico incêndio de 1866, nomeadamente o da Prof.^a Maria do Carmo Franco Ribeiro, que deu origem ao livro *O Antigo Paço Arquiepiscopal*, e a monografia do doutor Eduardo Pires de Oliveira – *O Paço Arquiepiscopal de Braga*.

Foi iniciada a análise estrutural do edificado, a cargo da equipa do Prof. Paulo Lourenço do Departamento de Engenharia Civil da Universidade.

Foi efetuado um extenso levantamento arquitetónico de todo aquele conjunto monumental, contextualizado com as diferentes intervenções que os edifícios e os espaços envolventes sofreram ao longo dos tempos, a cargo do Centro de Estudos da Escola de Arquitetura (CE.EAUM), sob orientação da Prof.^a Maria Manuel Oliveira.

Como corolário de todo este trabalho e com base na extensa informação recolhida, bem como na nova definição estratégica das funções para o Paço, a referida equipa de arquitetura elaborou a proposta de intervenção que é apresentada ao longo deste documento. É uma proposta simultaneamente ousada e equilibrada, criativa e fundamentada, com a sensibilidade, detalhe e competência do CE.EAUM.

É uma proposta que trará uma nova vida ao Paço, que foi dos Arcebispos que moldaram a Cidade, da Universidade que a projeta para o futuro e, cada vez mais, deve ser da Comunidade que a UMinho serve e com quem deve manter uma interação ativa e profícua, nomeadamente na dimensão cultural.

Com o orgulho de ter sido ator deste processo, é com grande prazer que sinto o seu resultado, sintetizado neste livro, e reconheço o trabalho dos investigadores e profissionais competentes que o tornaram possível, com especial relevância para a determinação e talento da Prof.^a Maria Manuel Oliveira.

Créditos/fonte das imagens

Arquivo Distrital de Braga

Fig. 35 – excerto do *Mapa da Cidade de Braga* de Georg Braun, ref. PT/UM-ADB/DIO/MAB/030/000001, 1594
Fig. 42 – desenho, *Coleção Cronológica*, DOC2596
Fig. 70 – excerto de gravura, *Mapa das Ruas de Braga*, folha 6, 1750

Biblioteca Pública de Braga

Fig. 19 – fotografia, nº 1, Domingos Alvão, 1936
Fig. 24, 25, 30 – fotografias, s/r, Arcelino Azevedo, sd.
Fig. 29 – fotografia, nº 7, Domingos Alvão, 1936
Fig. 31, 49 – fotografia, nº 5, Domingos Alvão, sd.
Fig. 56 – fotografia, nº 37, Domingos Alvão, 1936
Fig. 57 – fotografia, nº 12, Domingos Alvão, sd
Fig. 63, 65, 67 – desenhos, s/r, s/a, c.1920.
Fig. 69 – fotografia, nº 10, Domingos Alvão, s/d
Fig. 72 – fotografia, nº 54, Domingos Alvão, s/d
Fig. 74 – fotografia, nº 56, Domingos Alvão, s/d
Fig. 76 – fotografia, nº 76, Domingos Alvão, 1950
Fig. 77 – fotografias, s/r, nº 40, nº 20, Domingos Alvão, 1937
Fig. 78 – fotografias, nº 45, nº 46, s/r, Domingos Alvão, s/d
Fig. 81 – fotografias, nº 55, nº 57, Domingos Alvão, s/d
Fig. 83 – fotografias, s/r, nº 31, nº 27, Domingos Alvão, 1937, 1938, 1939
Fig. 85 – fotografias, nº 35, nº 33, nº 34, Domingos Alvão, 1939
Fig. 100-101 – fotografias (<http://www.bpb.uminho.pt>)

Câmara Municipal de Braga

Fig. 38, 51, 67 – excerto da *Planta da Cidade de Braga*, Joaquim Pereira da Cruz, 1868

Centro de Estudos da Escola de Arquitetura

Fig. 1, 71, 86 – fotomontagem, 2015-2017
Fig. 2, 3, 87, 93 – desenho, sobreposição com imagem aérea, 2013, 2016, 2018
Fig. 4, 65 – ortofotografia, 2015-2017
Fig. 5-18, 20, 22-23, 27, 28, 32, 34, 46-47, 80, 94, 102-105, 109-111, 114-117, 120 – fotografias, 2015-2017
Fig. 33, 35-38, 66, 73 – desenho, sobreposição com excertos de plantas da cidade, 2017
Fig. 43-45, 50, 54, 58-62, 95-99, 106-108, 112, 119 – desenho, 2015-2017
Fig. 51 – desenho, sobreposição com vista aérea e excerto de planta, 2016
Fig. 65 – ortofotografia, 2015
Fig. 67 – desenho, sobreposição com excerto de planta e desenhos BPB, 2015
Fig. 68, 79 – desenho, sobreposição com planta SIPA, 2015
Fig. 69, 72, 77-78, 83 – desenho, sobreposição a fotografia BPB, 2015
Fig. 81 – desenho, sobreposição a fotomontagem a partir de fotografias CEEAUM, BPB, 2015
Fig. 82, 84 – desenho, sobreposição a alçados SIPA, 2015
fig. 85, 88 – fotomontagem a partir de fotografias BPB, SIPA, EAUM, 2015- 2016
Fig. 113 – desenho e ortofotografia, 2015-2017
Fig. 118 – desenho e fotomontagem sobre planta CEEAUM, 2017
p. 112 – fotografia, gaveta do Arcaz, 2015

Museu da Sé de Braga

Fig. 52-53 – pintura de *D. Rodrigo de Moura Telles, Arcebispo de Braga e Primas das Hespanhas [...]* representando as obras de D. Rodrigo de Moura Teles [século XVIII], s/a, s/d

Sistema de informação para o Património Arquitetónico

Fig. 21 – fotografia, ref.ª IPA0055134, 1936
Fig. 64 – excerto do *Parecer do Conselho Superior de Obras Públicas*, ref. TXT05577264
Fig. 68, 79 – planta, ref. DES00175894
Fig. 82, 84 – alçados, ref. DES00175861, DES00175896, DES00175897, DES00175900, DES00175899
Fig. 88 – fotografia, ref. IPA00044454
Fig. 90 – fotografia, ref. IPA00044466

Outra Cartografia e Iconografia

Fig. 36 – excerto do mapa de Braga em *Typis Portugalie*, a partir da reprodução na Revista *Forum* nº15/16, 1994
Fig. 37, 73 – excerto do *Mapa Braga Primas*, a partir da reprodução em *História da Universidade do Minho*, 1973-1974-2014
Fig. 40 – gravura do incêndio, *Annuário do Archivo Pittoresco*. nº 29. 1966

Origem indeterminada

Fig. 26 – fotografia, Paço Arquiepiscopal – Salão Medieval
Fig. 39 – gravura, Paço Arquiepiscopal antes do incêndio de 1866
Fig. 41, 55 – fotografia, Paço Arquiepiscopal após incêndio de 1866
Fig. 48 – fotografia, fachada da Biblioteca Pública após intervenção DGEMN
Fig. 75, 89 – fotografia, Jardim de S.ª Bárbara e do Paço Arquiepiscopal
Fig. 91 – postal ilustrado de Braga, Mercado Municipal
Fig. 92 – postal ilustrado de Braga, Biblioteca Pública de Braga

Apesar dos esforços efetuados para identificar os detentores de direitos das imagens, houve um pequeno número não localizado. Se pretender reclamar a propriedade de alguma imagem não creditada, por favor notifique a editora de modo a corrigir o lapso em edições subsequentes.

Ficha técnica

Programa Base do projecto de requalificação da sede da Universidade do Minho – antigo Paço Arquiepiscopal de Braga

Coordenação

Maria Manuel Oliveira
Centro de Estudos da Escola de Arquitectura
da Universidade do Minho

Colaboradores

João Pereira Silva, João Pedro Fonte

Levantamento do edifício

João Pereira Silva, coord.
Elizabete do Monte
Jorge Fernandes
Pedro Paiva

Abrir 'o Paço' à Cidade Projecto de Requalificação da sede da Universidade do Minho – antigo Paço Arquiepiscopal de Braga, Programa Base

Edição

UMinho Editora e Lab2PT

Autor

Maria Manuel Oliveira

Tratamento de desenhos

João Pedro Fonte,
João Pereira Silva

Design

Susana Lourenço Marques

Revisão

Francisco Azevedo Mendes
Márcia Oliveira

Impressão e acabamentos

Gráfica Maiadouro, S. A.

ISBN 978-989-8974-00-6

DOI <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.2>

DEPÓSITO LEGAL 451 865/19

Braga, 1.ª edição 2018

300 exemplares

© Universidade do Minho / LAB2PT / CEEAUM

Este trabalho tem o apoio financeiro do Projeto Lab2PT- Laboratório de Paisagens, Património e Território - AUR/04509 com o apoio financeiro da FCT/MCTES através de fundos nacionais (PIDDAC) e o cofinanciamento do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), refª POCI-01-0145-FEDER-007528, no âmbito do novo acordo de parceria PT2020 através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI).

Agradecimentos

A realização desta fase do Projeto de Requalificação da sede da Universidade do Minho foi possível graças à confiança depositada no Centro de Estudos da Escola de Arquitectura e ao acompanhamento constante da Reitoria e da Biblioteca Pública de Braga, assim como à colaboração de colegas e investigadores. Agradecemos muito especialmente aos reitores Rui Vieira de Castro e António Cunha, ao Dr. Elísio Araújo e ao Dr. António Sousa, diretores, respetivamente, da Biblioteca Pública e do Arquivo Distrital, ao doutor Eduardo Pires de Oliveira, à doutora Paula Bessa, e, ainda, ao Dr. Henrique Barreto Nunes, pelo vasto conhecimento que sempre nos disponibilizaram.

O agradecimento estende-se a todas as entidades que gentilmente cederam imagens para a publicação: Arquivo Distrital de Braga, Direção Geral do Património Cultural, Arquivo SIPA, Biblioteca Pública de Braga, Câmara Municipal de Braga e Museu da Sé de Braga.



Este livro apresenta o Programa Base do Projeto de Requalificação do antigo Paço Arquiepiscopal de Braga — um conjunto arquitetónico desde 1973 sede da Universidade do Minho —, que visa a reorganização espacial do edifício com particular ênfase na instalação de um núcleo expositivo a abrir ao público.

O texto, assistido por elementos desenhados que o amplificam, inclui a proposta e a informação relativa à investigação que a fundamenta, assim como a cronologia das etapas para execução do projeto e obra.

Realizado no Centro de Estudos da Escola de Arquitetura da Universidade do Minho, o Programa Base fixa a síntese de um processo iniciado em 2015. Tendo como ponto de partida os programas preliminares elaborados pela Reitoria da UM e pela Direção da Biblioteca Pública de Braga, foi acompanhado por trabalhos quer de natureza técnica e de pesquisa histórica, quer de consulta a personalidades e entidades várias. Os resultados obtidos e aqui plasmados reportam até fevereiro de 2018, data da conclusão do documento que serviu de base a esta publicação.

Corroborando a ideia de que o Projeto de Arquitetura é também investigação em arquitetura, a pesquisa realizada foi submetida nos seus momentos cruciais a discussão em fórum científico. Esta metodologia procurou, assim, a consolidação das hipóteses aqui colocadas em torno da complexa evolução arquitetónica do Paço Arquiepiscopal de Braga.